

Re: Convite: Webinar - Novo Plano Nacional de Recursos Hídricos 2021-2040 - Quinta (16.7)

FONASC MINERAÇÃO <fonasc.mineracao@gmail.com>

ter 28/07/2020 18:04

Para: CNRH <cnrh@mdr.gov.br>; cristiandrea ciciliato ciciliato <CORREMANGUE@yahoo.com.br>;

📎 4 anexos (884 KB)

MOÇÃO aris unb fonasc FINALMENTE2807.pdf; Declaratoria del Derecho Mundial al Agua.pdf; FONASC.CBH – DF – GRUPO DE PESQUISA DA UNB REIVINDICA DIREITO À ÁGUA PARA “ARIS” DURANTE LIVE « FONASC-CBH.pdf; FONASC.CBH – DF – REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS POPULARES PROTOCOLAM DOCUMENTO DO PROJETO VIDA E ÁGUA PARA ARIS NO PALÁCIO DO BURITI « FONASC-CBH.pdf;



A Secretaria do CNRH

Prezados Senhores,

Com os cumprimentos do FONASC estamos encaminhando em anexo PROPOSTA DE MOÇÃO para ser protocolada e avaliada pelas instâncias desse colegiado e pedimos que os tramites nos seja informado com brevidade.

ESTAMOS A DISPOSIÇÃO PARA MAIS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

CORDIALMENTE

Conselheiro Suplente JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONCA FILHO
FÓRUM NACIONAL DA SOC CIVIL NA GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Em qua., 15 de jul. de 2020 às 10:00, CNRH <cnrh@mdr.gov.br> escreveu:



Prezad@s,

Divulgamos o seminário on-line que ocorrerá nesta quinta-feira.



Ao

PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Exmo. Sr. Presidente do CNRH

Brasília-DF

Prezado senhor,

Com os cumprimentos do **O FONASC–CBH FÓRUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NOS CÔMITES DE BACIAS HIDROGRÁFICAS** – Cnpj 05.784.143/001-55 Entidade membro do CNRH na representação do segmento sociedade civil e das Organizações Cívicas, Movimentos Sociais e dos membros do Projeto de **Extensão de Pesquisa- Ação da Universidade de Brasília (UnB) “VIDA & ÁGUA PARA ARIS” (ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL)** no Distrito Federal., constituído por professores da UnB, Movimentos Sociais e Movimentos Populares do DF com objetivo de atuar com a **pesquisa-ação pelo direito a água nas ARIS** por meio de estratégia de articulação de redes de movimentos e do empoderamento das famílias atingidas pela falta da água nessas regiões do DF;

Vimos a V.Sa., como entidade representante das Org. Cívicas neste CNRH, e que, também participa desse projeto de extensão no DF, requerer os encaminhamentos desse egrégio colegiado, para que seja discutida e aprovada nos termos regimentais “ **MOÇÃO**” por este CNRH, nos **termos do Artigo 10 do Regimento Interno**, e para que seja encaminhada ao GDF e demais entes do SINGREH no DF com os seguintes objetivos:

“Recomendar ao Governo Federal no DF, Governo do DF, a CAESB, ADASA e demais entidades do SINGREH NO DF - no âmbito de suas respectivas competências, a adoção de medidas imediatas que assegure o direito a água e Vida nas ARIS (Área de Relevante Interesse Social) do DF em se tratando de uma Emergência Sanitária, com consequências que vai além do COVID 19 em regiões específicas do DF impactadas pelo risco pandêmico.”

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, este pode :

V - deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;

X - acompanhar a execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

No Regimento do CNRH estabelece-se a competência de nossa organização:

***Art. 10.** As propostas de deliberação poderão ser apresentadas por qualquer conselheiro à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos por meio de justificativa fundamentada com conteúdo mínimo necessário à sua apreciação. O que justifica o encaminhamento pelo **FONASC.CBH** da proposta do projeto “**VIDA e ÁGUA PARA ARIS**.”*

E além do mais , nossa proposta de MOÇÃO se enquadra DENTRO do Escopo normativo do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) visto que este visa a: estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social. Sendo que, no conjunto de programas e subprogramas que integra a estrutura concebida do Plano Nacional de Recursos Hídricos, este visa a estabelecer os meios e as condições para o alcance dos objetivos estratégicos (finalísticos) QUE SÃO aqui resgatados: (I) melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade; (II) redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos; (III) percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante. Assim essa proposta de “ moção” tem relevância e convergência com os programas, projetos, metas e diretrizes do Plano Nacional de Recursos

Hídricos, se enquadrando dentro do escopo do conteúdo normativo e no escopo legal dentro do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

RESULTADOS

Por sua vez, a aprovação desta “MOÇÃO” terá impactos positivos junto aos entes do SINGREH no DF e nos demais atores de governança de políticas públicas no Distrito Federal, conquanto significa importante inserção de ATOR POLÍTICO em nível local, já que o CNRH É A MAIOR INSTÂNCIA FORMULATIVA E DELIBERATIVA da POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS PODENDO PORTANTO :

Haverá impactos positivos e consequências esperados nos setores a serem afetados pela aprovação da matéria pois tem sua relevância em informar as instâncias do SINGRH e demais entes públicos a importância de aspectos gerenciais e institucionais, para viabilizar o direito a água aos habitantes das (ARIS) pela justiça hídrica.

Também, de acordo com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) que tem no seu escopo; *“estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social.”*

E, em convergência com os princípios da Agenda 21 e com as Metas de Desenvolvimento do Milênio, Bem como guardando estreita relação com os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e com os conceitos que regem o contexto institucional preconizado pelo modelo de gestão das águas vigente no país, foi concebida uma estrutura programática para o PNRH que tem nas diretrizes estabelecidas suas bases edificantes que se constitui através do atendimento desta MOÇÃO .

Por fim esta MOÇÃO poderá influir no contexto das dinâmicas da gestão dos recursos hídricos no DF para criar condições para o alcance dos seguintes objetivos estratégicos (finalísticos) do PNRH : **(I) melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade; (II) redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água,**

bem como dos eventos hidrológicos críticos; (III) percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante.

Por fim, pedimos que nos seja formalmente encaminhado os resultados e decisões das instâncias do CNRH SOBRE ESSA PROPOSTA DE MOÇÃO. abaixo detalhada em anexo para vosso conhecimento e encaminhamento nos termos regimentais;

BRASILIA, 29 DE Julho de 2020



CONSELHEIRO JOAO CLIMACO SOARES DE MENDONCA FILHO

Representante Suplente do Segmento Sociedade Civil no CNRH.ho

MOÇÃO, DE 10 JULHO DE 2020

Recomenda ao Governo Federal, Governo do DF, a CAESB, ADASA e demais entidades do SINGREH NO DF -DF no âmbito de suas respectivas competências, a adoção de medidas imediatas que assegure o direito a água e Vida nas ARIS (Área de Relevante Interesse Social do DF em se tratando de uma Emergência Sanitária, com consequências que vai além do COVID 19 em regiões específicas do DF impactadas pelo risco pandêmico..

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas **pelas Leis n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997**, e nº 9784, de 29 de janeiro de 1999, e nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo VI, foram estabelecidas as normas gerais de proteção ambiental, sendo que o seu **artigo nº 225** assegura que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações ecologicamente equilibrado com proteção dos recursos hídricos e da qualidade da água.

Considerando a Constituição Federal de 1988 referente ao artigo n º 1, que registra o exercício para novas formas de participação social nas políticas públicas e do exercício de poder, em nota **“que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos nos desta constituição”** redação para a **carta magna de denominação de Constituição Cidadã**

Considerando a carta magna nos seus princípios de precaução, preservação e do compromisso em assegurar a sustentabilidade da vida.

Considerando no que diz respeito a responsabilidade pela execução e pela elaboração do **Planos de Recursos hídricos, no Decreto n 5.776, de 12 de maio de 2006, que estabelece a competência da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente DEPOIS**

ALGERADO PELO DECRETO 10.000/2019 para O MDR coordenar a elaboração e auxílio no acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos

Considerando, que compete ao CNRH presidir no acompanhamento da execução e a responsabilidade pela **implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH** nos termos **do Inciso XI do art. 35, da Lei n. 9.433/ 97**

Considerando a Política Nacional de Recursos Hídricos a lei 9.433/97 que denomina entre os fundamentos essenciais, os incisos V e VI do seu artigo 1º: referindo –se a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação de Política de Recursos Hídricos, uma gestão das água descentralizada, com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, entre os segmentos dos componentes do SINGREH

Considerando o artigo 2º da Lei 9.433/97 que define os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos: I – assegurar à atual e às futuras gerações a **disponibilidade de água, em qualidade e quantidade** adequada para a Vida. Dentro dos **fundamentos** requer portanto um debate democrático com a participação da comunidade, empresários e órgãos públicos no planejamento e na gestão das águas

Considerando a Política Nacional de Recursos Hídricos na definição de diretrizes gerais de ação (capítulo III, artigo 3º, incisos I a IV, as quais se referem a integração da gestão das água com a gestão ambiental, **e em situação de escassez, o uso prioritário é o consumo humano e dessedentação animais,** devendo a gestão dos recursos, proporcionar os usos múltiplos

Considerando que a Agência Nacional da Água – ANA criada pela lei n 9.984/2000 tem por finalidade **implementar a Política Nacional de Recursos Hídrico** com os órgãos públicos e privados, **destacando** entre suas **atribuições legais, a supervisão, o controle e a avaliação** das **ações** e das atividades decorrentes **do cumprimento da legislação federal sobre as águas,** visando a garantir os usos múltiplos dos recursos hídricos

Considerando o enquadramento como instrumento de planejamento e metas de **qualidade da água,** em seu exercício desde 1986 **pelo Conama pela resolução nº 20 (atual resolução 357/2005**

Considerando a lei das águas a lei 9.433/97 que considera a **Água** como elemento fundamental para **Vida,** desta forma entendemos quanto **Sociedade Civil** no exercício de poder, assegurado pela **Constituição de 1988,**

Considerando as declarações e documentos do Simpósio Mundial da água, “tributo a terra 25-26 de julho de 2020, somos água, somos uno”, com a articulação das organizações sociais e ambientais liderada pela plataforma Tribute Earth, **hacemos Público** disseminada pela articulação internacional, intersetorial e interinstitucional **Defesa Mundial de Água, Lei Mundial de Água, Declaração de Água Copa do Mundo de Água 2021 e a criação da Copa do Mundo por Água** como um estratégia criada pelo homem para garantir o acesso e a proteção

dos ecossistemas hídrico, articulado como reitor de uma nova era da humanidade em nível global. Fundado no Objetivo Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas: no Reconhecimento integral da Lei Mundial da água como garantia de seu acesso para todos, cuja principal função é o acesso, qualidade e disponibilidade de água consumo humano, mediando a proteção dos ecossistemas estratégicos globais, ajuda humanitária e inversão social e ambiental em larga escala e com as (ODS) 6 na garantindo a Água Limpa e Saneamento.

Considerando que no Distrito Federal, em maio de 2019 havia **81.227 lotes ocupados em áreas de regularização** (ARIS – Área de Relevante Interesse Social e ARINE- Área de Relevante Interesse Econômico), que não são atendidos com abastecimento de água pela CAESB. **(Fonte: Programa Água Legal – CAESB).**

Considerando a constatação de **Emergência Sanitária** nas ARIS (Área de Relevante Interesse no DF) nesse atual contexto de pandemia em que se encontra todas as regiões metropolitana do país apontando risco dessas populações frente a pandemia do COVID 19.

Considerando o elevado crescimento de casos e de óbitos no DF, maiores em Regiões com populações de baixa renda, infraestrutura precária, onde ocorrem as maiores concentrações **de populações não atendidas com abastecimento de água e esgotamento sanitário, por parte da Caesb.**

Considerando que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS 6) em alcançar o acesso a Universal e equitativo a água para o consumo humano de forma segura para vida, leve em conta a Emergência Sanitária frente ao COVID 19 da (ARIS).

Considerando o subprograma III.5: Subprograma nacional de fiscalização do uso de recurso hídricos (PNRH) cujo o objetivo é organizar as ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos hídricos com ação inerente a regulação dos direitos de uso de recursos hídricos.

Justificativas: A regulação de direitos de usos pressupõe a fiscalização da situação da situação de regularidade do usuário com o órgão gestor, bem como dos parâmetros que foram estabelecidos no ato da outorga, notadamente quando a utilização fora dos valores estabelecidos apresentar repercussões sobre terceiros e sobre o conjunto da sociedade

Considerando que o subprograma deve promover a articulação necessária para viabilizar a fiscalização integrada, por meio da harmonização de condutas e procedimentos de fiscalização, conforme as características de cada região do país

Considerando o subprograma VI.2: Gestão da oferta, ampliação, racionalização e reuso das disponibilidade hídricas cujo os objetivos é ampliar as disponibilidade hídricas, seja mediante alternativas estruturais que propiciem o armazenamento e o controle de vazões, seja por medidas de racionalização de uso e de tecnologia os de reuso de água servidas, como também

pela captação de água de chuvas, ou ainda por intermédio da adoção de mecanismos de comportamento por parte dos usuários de recursos hídricos, o que justifica o (PNRH) a incorporar e dar consequências aos diversos mecanismos e alternativas postos a GIRH, iniciando pela gestão da oferta de água.

Considerando o subprograma VI.3: gestão de demanda, resolução de conflito, uso múltiplos e integrado de recursos hídricos, cujo o objetivo é atuar de modo proativo sobre a gestão de demanda por recursos hídricos com intuito de mitigar conflitos proporcionando os usos múltiplos e integrado das águas, sempre tendo em vista a ampliação de benefícios sociais e a redução sobre o meio ambiente.

Considerando como **justificativa** complementar, o disposto nos subprogramas do PNRH que considere a necessidade de intervenções específicas que exigem o papel do Estado para a resolução de conflitos, particularmente quando estão em foco obras estruturais que propiciem o uso múltiplos e integrado dos recursos hídricos.

Considerando o subprograma VI.4: Intervenções integradas de saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano do (PNRH) cujo objetivo é apoiar em termos metodológico, a demanda complexa da logística de implementação e programas que contemplem ações institucionais e intervenções físicas integradas para a recuperação e a sustentabilidade da qualidade ambiental do meio urbano, a ser aferida por intermédio dos padrões de potabilidade dos corpos hídricos nele inseridos, incorporando perspectivas de inclusão social e combate à pobreza, dentre as metas a serem atingidas, tendo, também **como Justificativa** as características dos nichos ocupados por famílias dos estratos inferiores de renda, de área de risco, que merecem em razão da sua importância para o conjunto do País, esforços detidos para a mitigação de seus efeitos ambientais, de saúde pública e de inserção social; RESOLVE :

Aprovar Moção dirigida:

Ao GDF para que considere a situação de emergência sanitária das moradias e demais estabelecimentos localizados no interior dos perímetros das **Áreas de Regularização de Interesse Social** que não disponham de ligação regular de água por parte da **CAESB** para que venham a ser objeto de ações que minimizem os graves riscos existentes.

Ao GDF para que localize e caracterize a situação de vulnerabilidade dessas populações, e indique as ações e procedimentos de curto prazo, necessários para a superação das graves situações, definindo as atribuições e responsabilidades da **Caesb, Novacap, SLU, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF e ADASA;**

Ao GDF para que estabeleça e efetive o **Plano Emergencial de Abastecimento de Água para as ARIS** cujas ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e participação

da comunidade, assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento e a relação entre saneamento e saúde, e que inclua pelo menos:

Ao GDF para que Informe sobre a OS PROCEDIMENTOS de suspensão ou corte de fornecimento de água, bem como a interrupção da cobrança dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário enquanto perdurarem os efeitos da pandemia de COVID-19;

Ao GDF para que Implante soluções emergenciais para atender à população em situação de rua, em especial com relação às demandas de alimentação, de água e provimento de condições para realização da higiene diária;

Ao GDF para que expanda o abastecimento para as áreas não atendidas das ARIS e periferias de modo a assegurar água de forma regular, em quantidade suficiente e com qualidade adequada durante 24h por dia;

Ao GDF para que garanta o abastecimento de água e o esgotamento sanitário nas unidades de saúde, inclusive as emergenciais, por motivos óbvios;

Ao GDF para que priorize e garanta o abastecimento de água, esgotamento sanitário e disponibilidade de equipamentos para higiene pessoal em creches, asilos e outras instalações que abriguem crianças, idosos ou outros grupos vulneráveis e;

Priorize o atendimento das populações vivendo em situações vulneráveis –moradores em situação de rua e população privada de liberdade e ;

Priorize para que essas ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e garantia de participação da comunidade e assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento, a relação entre saneamento e saúde;

Que o GDF crie salas de situações específicas relacionadas às ARIS, para que as mesmas possam se tornar visíveis para toda sociedade, para levantar e avaliar a verdadeira situação de risco das populações nelas residentes;

Que sejam criados testes específicos e em massa, incluindo, na divulgação das informações as quantidades de casos e de óbitos específicas para as ARIS, facilitando o entendimento da real gravidade da situação atual da Covid-19 nessas áreas; e

Que constitua uma comissão de acompanhamento popular para o controle social desse processo, com acompanhamento dos agentes participantes desse PROJETO da UNB.

Presidente do CNRH



[RSS Feeds](#)

- [Home](#)
- [QUEM SOMOS »](#)
- [FONASC NO CDRH DF](#)
- [AGENDA »](#)
- [BIBLIOTECA](#)
- [Colabore](#)
- [FONASC CNRH](#)
- [FONASC.CBH – MA ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS](#)
- [OUTROS ESTADOS »](#)
- [Rio de Janeiro](#)
- [SALA DE IMPRENSA](#)
- [SERVICOS »](#)
- [ASSOCIE-SE](#)
- [COMUNICADO FONASC](#)
- [ESPAÇO JUVENTUDE](#)
- [FONASC DF](#)
- [FONASC MARANHAO](#)
- [FONASC MG](#)
- [FONASC MT](#)
- [INTERNACIONAL](#)
- [NOTÍCIAS »](#)

FONASC.CBH – DF – GRUPO DE PESQUISA DA UNB REIVINDICA DIREITO À ÁGUA PARA “ARIS” DURANTE LIVE

fonasc-cbh.org.br/?p=22567

1/7

28/07/2020

FONASC.CBH – DF – GRUPO DE PESQUISA DA UNB REIVINDICA DIREITO À ÁGUA PARA “ARIS” DURANTE LIVE « FONASC-CBH

**FONASC.CBH - DF – GRUPO DE PESQUISA
DA UNB REIVINDICA DIREITO À ÁGUA
PARA "ARIS" DURANTE LIVE**

COVID-19
UnB em Ação



Pesquisadores da UnB, se mobilizaram neste período de pandemia e decidiram criar um grupo de estudo, com a coordenação do Professor Perci Coelho de Souza, foi desenvolvido o Projeto de Pesquisa – Ação integrada pela UnB e movimentos sociais.

Segundo um levantamento deste projeto, foram identificados que pelo menos 200 mil pessoas não têm acesso a água para beber, assim como, neste mesmo estudo, este número também é apontado para outra deficiência, o serviço de saneamento nas Áreas de Relevante Interesse Social no DF (ARIS).

Diante desta pesquisa, os envolvidos decidiram organizar uma live, que teve como tema: ENFRENTANDO O COVID 19 E SUAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS; EMPODERAMENTO DE REDES LOCAIS PARA ACESSO A ÁGUA COMO DIREITO NAS ÁREAS RELEVANTE INTERESSE SOCIAL (ARIS) DO DF, como objetivo de garantir o acesso à Água.

Na última quinta, 25, pesquisadores da UnB juntamente com Movimentos Sociais, se organizaram para transmitir, por meio de plataforma digital, a entrega do Abaixo Assinado, que conta com a integração de mais de 100 entidades, dentro destas, o Fonasc.CBH. O documento de “Fundamentação para Água nas ARIS – Áreas de Relevante Interesse Social no DF”, também foi entregue durante a transmissão da live. E assim, a reivindicação foi entregue para as autoridades do Distrito Federal e também para representantes dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) do DF.



A live começou com a Professora Olgamir Amancia Ferreira (Decana da Extensão da UnB), que participou da live representando a reitora da Universidade (Marcia Abrahão Moura). Na abertura, ela explicou que a Chamada de Propostas de Projetos e ações de Pesquisa, Inovação e Extensão para o combate à

fonasc-cbh.org.br/?p=22567

3/7

COVID-19, que ocorreu no mês de março deste ano, tem a intenção de reforçar à reflexão e produção de respostas para as dificuldades deste momento e também ressaltou que o projeto “Vida e Água para ARIS” está dando suporte ao GDF e às populações carentes.

Quem também esteve presente na live, foi o Engenheiro Adalto Santos, durante a sua participação, ele explicou sobre os dados técnicos que contém o documento “Fundamentação para Vida & Água nas ARIS”. Logo após, o engenheiro, fez um apanhando em relação a pandemia no Distrito Federal, ressaltando o aumento dos números de mortos e também enfatizou que a proliferação da doença é grande na periferia, onde os moradores muitas vezes não têm água para beber.

A transmissão da live também contou com a presença de Deuzanir Noletto (Representante dos Movimentos Populares da Região Administrativa Estrutural), na sequência, o diretor Alberto J. Rocha (Representante do Sindicato dos Trabalhadores da CAESB – Sindágua), o Gilberto Nascimento (Representante dos Movimentos Populares da Ceilândia – Mopocem), a Thelma Mello (Central dos Movimentos Populares – CPM). Nomes políticos também se fizeram presentes, como a Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF), o deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF) e Alerte Sampaio (PT-DF), também como deputada distrital. Já os deputados distritais Leandro Grass e Fabio Felix, tiveram como seus porta-voz Diogo da Mata e Gabriel Santos, respectivamente.

O Professor da UnB e também atual Presidente do Comitê de Bacia dos Afluentes do Rio Paranaíba do DF, Ricardo Minoti, deixou sua contribuição na live.

[Fundamentos pela Vida e pela Água nas ARIS](#)

[Abaixo Assinado](#)

Para ver a live completa, [clique aqui](#).

Se você gostou deste artigo, considere **compartilhar isso!**



blogs

- [A LUTA DAS MULHERES PELAS AGUAS – MULHERES DO CABO – PE](#)
- [ABAIXO O SITE QUE PERMITE SABER QUASE TUDO DE NOSSOS POLÍTICOS; SE TRABALHARAM, SE FALTARAM MUITO, COMO EVOLUIU SEU PATRIMÔNIO, PASSAGENS PELA JUSTIÇA E/OU POLÍCIA, ETC, ETC.](#)
- [ACOMPANHE O ESFORÇO DA COMUNIDADE DA SERRA DA MOEDA](#)
- [Águas do Gandarela](#)
- [AGUAS TRANSFOINTEIRAS MOVIMENTO TRÍPLICE FRONTEIRA](#)
- [ALERTA DE CHEIAS](#)
- [ALIANÇA TAPAJÓS LIVRE](#)
- [AMANHÃGUA – AGUAS EM BEAPENDI](#)
- [AMANHÃGUA-ONGBEAPENDING](#)

- [ANA – Agência Nacional de Águas](#)
- [ANÁLISES E AVALIAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE ÁGUA](#)
- [ASSISTA VIDEOS INTERESSANTES SOBRE A GESTÃO DAS ÁGUAS E MEIO AMBIENTE](#)
- [CBH – Comitês de Bacias Hidrográficas](#)
- [CONJUNTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL](#)
- [CR INFO](#)
- [DEFENDA GANDARELLA](#)
- [ecologia em MOCOCA SP](#)
- [END WATER POVERTY](#)
- [FUNDAÇÃO SOMOS ÁGUA](#)
- [GESTÃO INTEGRADA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS](#)
- [Lista de discussão](#)
- [manual de uso da água](#)
- [MANUAL DE USO DAS ÁGUAS](#)
- [OS ESTUDANTES DO XINGU?](#)
- [PELO PARQUE NACIONAL GANDARELLA](#)
- [Política Nacional de Recursos Hídricos](#)
- [Segurança Hídrica](#)
- [SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE OS DIVERSOS USOS DAS ÁGUAS E SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES](#)
- [SOBRE BELO MONTE](#)
- [SOS RIOS DO BRASIL](#)
- [SOS RIOS DO BRASIL](#)
- [TV AMBIENTE LEGAL](#)
- [UMA RADIO QUE TOCA COMO RIO QUE DESCE SUAVEMENTE](#)
- [VEJA AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS ORIUNDAS DA COORDENAÇÃO DO FONASC E ENTIDADES PARCEIRAS](#)
- [VEJA AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS ORIUNDAS DA COORDENAÇÃO DO FONASC E ENTIDADES PARCEIRAS](#)
- [VEJA AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS ORIUNDAS DA COORDENAÇÃO DO FONASC E ENTIDADES PARCEIRAS](#)
- [VIGILANCIA INTERAMERICANA DE DEFESA E DIREITOS À ÁGUA](#)
- [water assessment and advisory global network](#)
- [WEB TV E ÁGUA](#)
- [WEBTV E ÁGUA](#)

Vídeo

fonasc-cbh.org.br/?p=22567

5/7

28/07/2020 FONASC.CBH – DF – GRUPO DE PESQUISA DA UNB REIVINDICA DIREITO À ÁGUA PARA “ARIS” DURANTE LIVE « FONASC-CBH

Diretoria
 fonasc-cbh@fonasc-cbh.org.br
 João Climaco

FAÇA SUA DOAÇÃO



Sua compra protegida

SOBRE O FONASC-CBH

O Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas foi criado em outubro de 2001, por um grupo de 72 entidades da sociedade civil que participavam do III Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado em Belo Horizonte - MG.

Redes Sociais

- **Twitter**
<http://twitter.com/#!/cuidandodosrios>
- **Facebook**
<http://www.facebook.com/fonasc.cbh>
- **Flickr**
<http://www.flickr.com/photos/fonasc10anos/>
- **Youtube**
<http://www.youtube.com/user/fonascdbh10anos>

© FONASC-CBH - Todos os direitos reservados.

By- [CR INFO](#) - [Quer um site? Clique aqui.](#)

Comitê infanto-juvenil Jen...



RECENTES

- [FONASC.CBH – BACIA DO RIO PARAPEBA ENCAMINHA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS NO PARQUE ESTADUAL DE ROLA MOÇA POR MEIO DE OFÍCIOS AO MINISTRO DO TURISMO E AO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE](#)
- [FONASC.CBH – FONASC.CBH APOIA A CARTA DE DECLARAÇÃO DE SIMPÓSIO MUNDIAL DA ÁGUA](#)
- [FONASC.CBH – INFORMATIVO #133](#)
- [FONASC MG DIVULGA NA REUNIÃO DA CTSB DO CNRH ” PESQUISA SOBRE REJEITOS DA BARRAGEM DO FUNDÃO QUE SEGUEM EM ALTA CONCENTRAÇÃO NA FOZ DO RIO DOCE “](#)
- [FONAS.CBH – A IMPORTÂNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA O FONASC.CBH, VEJA O VÍDEO](#)
- [FONAS.CBH – INFORMATIVO #133 – ESPAÇO JUVENTUDE](#)
- [FONASC.CBH – INFORMATIVO #133 – COLUNA COMPARTILHANDO IDEIAS](#)
- [FONASC.CBH CONSULTA PÚBLICA – CNRH DISCUTE Projeto de Lei n. 550, de 2019, aprovado pela Câmara dos Deputados, visando subsidiar o Senado Federal e a Presidência da República na tomada de decisão referente às alterações na Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB.](#)

CONTATOS

Assessoria de Imprensa
contato@fonasc-cbh.org.br
Fones: (98) 8123-3470 / 8801-5746



[RSS Feeds](#)

- [Home](#)
- [QUEM SOMOS »](#)
- [FONASC NO CDRH DE](#)
- [AGENDA »](#)
- [BIBLIOTECA](#)
- [Colabore](#)
- [FONASC CNRH](#)
- [FONASC.CBH – MA ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS](#)
- [OUTROS ESTADOS »](#)
- [Rio de Janeiro](#)
- [SALA DE IMPRENSA](#)
- [SERVICOS »](#)
- [ASSOCIE-SE](#)
- [COMUNICADO FONASC](#)
- [ESPAÇO JUVENTUDE](#)
- [FONASC DF](#)
- [FONASC MARANHAO](#)
- [FONASC MG](#)
- [FONASC MT](#)
- [INTERNACIONAL](#)
- [NOTÍCIAS »](#)

FONASC.CBH – DF – REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS POPULARES PROTOCOLAM DOCUMENTO DO PROJETO VIDA E ÁGUA PARA ARIS NO PALÁCIO DO BURITI

**FONASC.CBH - DF – REPRESENTANTES DE
MOVIMENTOS POPULARES PROTOCOLAM
DOCUMENTO DO PROJETO VIDA E ÁGUA
PARA ARIS NO PALÁCIO DO BURITI**

COVID-19
UnB em Ação



No último dia 25 de junho, pesquisadores da UnB juntamente com Movimentos Sociais, se organizaram para transmitir, por meio de plataforma digital, a entrega do Abaixo Assinado, que conta com a integração de mais de 100 entidades, dentro destas, o Fonasc.CBH. O documento de “Fundamentação para Água

nas ARIS – Áreas de Relevante Interesse Social no DF”, também foi entregue durante a transmissão da live. E assim, a reivindicação foi recebida para as autoridades do Distrito Federal e também para representantes dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) do DF.

A live teve a presença da Professora Olgamir Amancia (Decana da Extensão da UnB), que participou da live representando a reitora da Universidade (Marcia Abrahão Moura) e também do Professor da UnB e atual Presidente do Comitê de Bacia dos Afluentes do Rio Paranaíba do DF, Ricardo Minoti. Além da presença do Engenheiro Adalto Santos, durante a transmissão, também houve a participação de deputados distritais como Erika Kokay e Chico Vigilante (PT-DF) e de representantes dos movimentos sociais.

Para ler mais sobre o assunto, [clique aqui](#).

A ação continuou por meio dos Movimentos Populares, que nesta quinta, 02, protocolou o documento no Palácio do Buriti, no Distrito Federal. O documento destaca seis pontos importantes:

1. Reconhecimento por parte do GDF ao Direito à Água, para as famílias que estão morando em Lotes de Emergência Sanitária, sem água por parte da CAESB (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Sindágua).
2. Ligar imediatamente a água e suspender cortes dessas famílias.
3. Inserir Lotes de Emergência Sanitária nas políticas setoriais de saúde e socioassistencial.
4. Adotar por parte do GDF a criação da Sala de Situação Específica para as 39 ARIS do DF.
5. Testar todas as famílias deste local, em situação de vulnerável.
6. Controle Social para efetivação dos direitos sociais nas ARIS mediante ao reconhecimento do GDF com a coordenação da participação dos movimentos populares nos encaminhamentos sob a responsabilidade da UnB por meio do **Projeto Vida & Água para ARIS**.

Veja mais: [INFORME DF](#)

Se você gostou deste artigo, considere **compartilhar isso!** 

blogs

- [A LUTA DAS MULHERES PELAS AGUAS – MULHERES DO CABO – PE](#)
- [ABAIXO O SITE QUE PERMITE SABER QUASE TUDO DE NOSSOS POLÍTICOS; SE TRABALHARAM, SE FALTARAM MUITO, COMO EVOLUIU SEU PATRIMÔNIO, PASSAGENS PELA JUSTIÇA E/OU POLÍCIA, ETC, ETC.](#)
- [ACOMPANHE O ESFORÇO DA COMUNIDADE DA SERRA DA MOEDA](#)
- [Águas do Gandarela](#)
- [AGUAS TRANSFOINTEIRICAS MOVIMENTO TRÍPLICE FRONTEIRA](#)
- [ALERTA DE CHEIAS](#)
- [ALIANÇA TAPAJÓS LIVRE](#)
- [AMANHÁGUA – AGUAS EM BEAPENDI](#)
- [AMANHÁGUA-ONGBEAPENDIMG](#)

- [ANA – Agência Nacional de Águas](#)
- [ANALISES E AVALIAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE ÁGUA](#)
- [ASSISTA VIDEOS INTERESSANTES SOBRE A GESTÃO DAS ÁGUAS E MEIO AMBIENTE](#)
- [CBH – Comitês de Bacias Hidrográficas](#)
- [CONJUNTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL](#)
- [CR INFO](#)
- [DEFENDA GANDARELLA](#)
- [ecologia em MOCOCA SP](#)
- [END WATER POVERTY](#)
- [FUNDAÇÃO SOMOS ÁGUA](#)
- [GESTÃO INTEGRADA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS](#)
- [Lista de discursão](#)
- [manual de uso da água](#)
- [MANUAL DE USO DAS ÁGUAS](#)
- [OS ESTUDANTES DO XINGU?](#)
- [PELO PARQUE NACIONAL GANDARELLA](#)
- [Política Nacional de Recursos Hídricos](#)
- [Segurança Hídrica](#)
- [SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE OS DIVERSOS USOS DAS ÁGUAS E SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES](#)
- [SOBRE BELO MONTE](#)
- [SOS RIOS DO BRASIL](#)
- [SOS RIOS DO BRASIL](#)
- [TV AMBIENTE LEGAL](#)
- [UMA RÁDIO QUE TOCA COMO RIO QUE DESCE SUAVEMENTE](#)
- [VEJA AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS ORIUNDAS DA COORDENAÇÃO DO FONASC E ENTIDADES PARCEIRAS](#)
- [VEJA AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS ORIUNDAS DA COORDENAÇÃO DO FONASC E ENTIDADES PARCEIRAS](#)
- [VEJA AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS ORIUNDAS DA COORDENAÇÃO DO FONASC E ENTIDADES PARCEIRAS](#)
- [VIGILÂNCIA INTERAMERICANA DE DEFESA E DIREITOS À ÁGUA](#)
- [water assessment and advisory global network](#)
- [WEB TV E ÁGUA](#)
- [WEBTV E ÁGUA](#)

Vídeo

Diretoria
fonasc-cbh@fonasc-cbh.org.br
João Clímaco

FAÇA SUA DOAÇÃO



Sua compra protegida

SOBRE O FONASC-CBH

O Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas foi criado em outubro de 2001, por um grupo de 72 entidades da sociedade civil que participavam do III Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado em Belo Horizonte - MG.

Redes Sociais

- **Twitter**
<http://twitter.com/#!/cuidandodosrios>
- **Facebook**
<http://www.facebook.com/fonasc.cbh>
- **Flickr**
<http://www.flickr.com/photos/fonasc10anos/>
- **Youtube**
<http://www.youtube.com/user/fonasc.cbh10anos>

© FONASC-CBH - Todos os direitos reservados.

By- [CR INFO](#) - [Quer um site? Clique aqui.](#)

Comitê infanto-juvenil Jen...



RECENTES

- [FONASC.CBH – BACIA DO RIO PARA OPEBA ENCAMINHA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS NO PARQUE ESTADUAL DE ROLA MOÇA POR MEIO DE OFÍCIOS AO MINISTRO DO TURISMO E AO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE](#)
- [FONASC.CBH – FONASC.CBH APOIA A CARTA DE DECLARAÇÃO DE SIMPÓSIO MUNDIAL DA ÁGUA](#)
- [FONASC.CBH – INFORMATIVO #133](#)
- [FONASC MG DIVULGA NA REUNIÃO DA CTSB DO CNRH ” PESQUISA SOBRE REJEITOS DA BARRAGEM DO FUNDÃO QUE SEGUEM EM ALTA CONCENTRAÇÃO NA FOZ DO RIO DOCE “](#)
- [FONAS.CBH – A IMPORTÂNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA O FONASC.CBH, VEJA O VÍDEO](#)
- [FONAS.CBH – INFORMATIVO #133 – ESPAÇO JUVENTUDE](#)
- [FONASC.CBH – INFORMATIVO #133 – COLUNA COMPARTILHANDO IDEIAS](#)
- [FONASC.CBH CONSULTA PÚBLICA – CNRH DISCUTE Projeto de Lei n. 550, de 2019, aprovado pela Câmara dos Deputados, visando subsidiar o Senado Federal e a Presidência da República na tomada de decisão referente às alterações na Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB.](#)

CONTATOS

Assessoria de Imprensa
contato@fonasc-cbh.org.br
Fones: (98) 8123-3470 / 8801-5746

DECLARATORIA DEL DERECHO MUNDIAL AL AGUA
SIMPOSIO MUNDIAL DEL AGUA TRIBUTE EARTH 25-26 DE JULIO DE 2020
¡SOMOS AGUA SOMOS UNO!

Las Organizaciones sociales y ambientales articuladas a través del **Simposio Mundial del Agua “We are Water, We are One”** liderado por la plataforma **Tribute Earth**, hacemos público este llamado a la articulación internacional, intersectorial e interinstitucional por la Defensa del Derecho Mundial al Agua, la Ley Mundial de Agua, la Declaración del Año Mundial del Agua 2021 y la creación del Movimiento Mundial por el Agua como una estrategia mancomunada para la garantía del acceso y protección de los ecosistemas hídricos, articulados como eje rector de una nueva era para la humanidad a nivel global.

Fundamentados en los ODS de las Naciones Unidas: **ODS 1** fin de la pobreza; **ODS 3** Salud y bienestar; **ODS 5** Igualdad de Género; **ODS 6** agua limpia y saneamiento, **ODS 10** reducción de las desigualdades, **ODS 11** ciudades y comunidades sostenibles, **ODS 13** acción por el clima, **ODS 14** vida submarina, **ODS 15** vida ecosistemas terrestres, **ODS 17** alianzas para la cooperación, así como, los derechos ambientales reconocidos por las Cartas Magnas de todos los Países y la cosmovisión del derecho propio que tienen en sus territorios los pueblos originarios, afrodescendientes, rurales, indígenas, reconociendo igualmente el conocimiento científico.

Muchos conocemos las problemáticas frente a la contaminación, acceso y destrucción de los recursos hídricos. No podemos seguir aceptando que las multinacionales, las empresas y los gobiernos atenten contra el patrimonio hídrico a través de un modelo de desarrollo económico que ha agotado la vida con prácticas y comportamientos nefastos como el represamiento de los ríos, la fracturación hidráulica, el extractivismo masivo de las mineras y petroleras, el embotellamiento del agua, el desacato a la norma ambiental y el mal comportamiento de la ciudadanía.

Por ende, las organizaciones, pueblos y habitantes del mundo, declaramos abierta y colectivamente la creación del **Movimiento Mundial por el Agua World Water Movement** y la Promulgación de la Ley Mundial del Agua; e instamos a todas las autoridades nacionales, regionales y locales en todos los rincones del planeta a garantizar este proceso desde sus respectivas jurisdicciones, acompañando el trabajo de quienes propendan por el **Reconocimiento Integral de la Ley Mundial del Agua** como garantía para la vida en todas sus formas, cuya principal función sea el acceso, la calidad y la disponibilidad del Agua para consumo humano, mediante la protección de los ecosistemas estratégicos globales, la ayuda humanitaria y la inversión social y ambiental a gran escala.

POR LA PAZ, LA JUSTICIA Y LA DIGNIDAD DE LOS PUEBLOS,
¡SOMOS AGUA SOMOS UNO!

DECLARATORY IN SUPPORT OF THE WORLD WATER LAW
WORLD WATER SYMPOSIUM TRIBUTE EARTH 25-26 DE JULIO DE 2020
¡WE ARE WATER WE ARE ONE!

The social and environmental organizations articulated through the World Water Symposium "We are Water, We are One" led by the Tribute Earth platform and more than 1500 organizations and participants from around the world, below we make public this call for international articulation , intersectoral and inter-institutional for the Defense of the World Right to Water, the Declaration of the World Water Year 2021 and the creation of the World Water Movement and the World Water Law as a joint strategy to guarantee access and protection of water ecosystems, articulated as the guiding axis of a new era for humanity on a global level.

Based on the United Nations SDGs: **SDG 1** end of poverty; **SDG 3** Health and wellness; **SDG 5** Gender Equality; **SDG 6** clean water and sanitation, **SDG 10** reduction of inequalities, **SDG 11** sustainable cities and communities, **SDG 13** climate action, **SDG 14** underwater life, **SDG 15** terrestrial ecosystems life, **SDG 17** alliances for cooperation, as well as environmental rights recognized by the Magnificent Letters of all the Countries and the worldview of the proper law that indigenous, Afro-descendant, rural, and indigenous peoples have in their territories, also recognizing scientific knowledge.

Many of us are familiar with the problems faced with the contamination, access and destruction of water resources. We cannot continue to accept that multinationals, companies and governments attempt against water heritage through a model of economic development that has exhausted life with harmful practices and behaviors such as the damming of rivers, hydraulic fracturing, massive extractivism of the mining and oil companies, the bottling of the water, the contempt for the environmental norm and the bad behavior of the citizens.

Organizations, peoples and inhabitants of the world, openly and collectively declare the creation of the **World Water Movement and the Enactment of the World Water Law**; and we urge all national, regional and local authorities in all corners of the planet to guarantee this process from their respective jurisdictions, accompanying the work of the leaders, organizations, communities and companies that promote the Comprehensive Recognition of **World Law of Water** as a guarantee for life in all its forms, whose main function is the access, quality and availability of Water for human consumption, by protecting global strategic ecosystems, humanitarian aid and large-scale social and environmental investment scale.

FOR PEACE, JUSTICE AND THE DIGNITY OF THE PEOPLES,
¡WE ARE WATER WE ARE ONE!

Abaixo Assinado pela Vida e pela Água nas ARIS - Áreas de Relevante Interesse Social - do DF

Situação do abastecimento de água

No Distrito Federal, em maio de 2019 havia 81.227 lotes ocupados em áreas de regularização (ARIS – Área de Relevante Interesse Social e ARINE- Área de Relevante Interesse Econômico), que não eram atendidos com abastecimento de água pela CAESB. (fonte: Programa Água Legal)

Considerando a taxa média de ocupação de 3,26 habitantes/domicílio para o DF, conforme PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2018), tem-se um total de 264.800 habitantes não atendidos pela Caesb.

É importante destacar que 50.156 lotes ocupados sem ligações prediais (população de 163.509 habitantes, não atendida pela Caesb) estão localizados em 39 ARIS.

Essas ARIS correspondem a áreas ocupadas predominantemente por população de baixa renda (até 5 salários mínimos), constituindo núcleos urbanos informais (alguns deles equivocadamente chamados de invasões, por não levarem em consideração as questões sociais ligadas à moradia).

Ressalta-se que mais da metade dos lotes ocupados, sem abastecimento de água, está localizada em três ARIS, uma em Sol Nascente e duas Planaltina (Arapoanga I e Mestre D'armas I), totalizando 28.923 lotes ocupados (57,67% do total).

Destaca-se, ainda, que essas informações de não abastecimento de água, por parte da Caesb, não estão incluídas nas informações oficiais do GDF, tratando-se, assim, de populações invisibilizadas.

Higiene pessoal, situação da Covid-19 nas ARIS e a infraestrutura urbana

Uma das ações mais importantes para combater a proliferação do novo coronavírus é a higiene pessoal, sendo fundamental a lavagem frequente das mãos com água e sabão. A deficiência de acesso a água, em quantidade e qualidade, certamente é um fator que acelera essa proliferação, pois obriga a população a deslocamentos em busca de água, prejudicando o distanciamento social.

Ao avaliar os casos de Covid-19 no Distrito Federal utilizando-se dados do site da Secretaria de Estado de Saúde, pode-se observar claramente que o crescimento do número de casos está se acelerando nas regiões administrativas com menor renda per capita, conforme se verifica no documento Anexo - **Fundamentos pela Vida e pela Água nas ARIS - Áreas de Relevante Interesse Social - do DF**. onde estão localizadas as ARIS.

Em 25/06, Ceilândia, onde se contabiliza os casos do Sol Nascente, é responsável por 5.393 casos (15,63% do total do DF), enquanto que Planaltina é responsável por 1.222 casos (3,54% do total do DF).

A situação mais crítica é observada na população privada de liberdade, que é de **1.215** casos, correspondendo a **3,52%** do total do DF, entretanto é a que apresenta a maior quantidade de casos por 100 mil habitantes (**9.049,60** casos).

No período de 30/04 a **25/06** foi registrado um crescimento de **4.264,29%** nos casos de Covid-19 em Planaltina, enquanto que na Ceilândia esse crescimento foi de **8.071,21%**. A média de crescimento de casos no DF, no período, foi de **2.504,00%**.

Com relação à quantidade de óbitos, conforme o documento Anexo, o crescimento do número de óbitos acima da média do DF ocorreu em áreas com população de baixa renda. Somente na Ceilândia, onde se contabiliza as informações da ARIS do Sol Nascente, ocorreram um total **106 óbitos**, que corresponde a **22,89%** do valor verificado no DF. Em Planaltina ocorreram de **28 óbitos**, **6,05%** do total do DF.

Os números apresentados no documento Anexo deixam claro que:

- i) Há um elevado crescimento de casos e de óbitos no DF comparando o mês de abril com o período de **junho até o dia 25**;
- ii) Esses crescimentos são maiores em Regiões com populações de baixa renda e menores em Regiões com populações de maior renda;
- iii) Os locais com populações de baixa renda são aqueles com menores índices de atendimento com abastecimento de água e esgotamento sanitário, por parte da Caesb;
- iv) Nas ARIS ocorrem as maiores concentrações de populações não atendidas com abastecimento de água e esgotamento sanitário; e
- v) Nas ARIS se tem os piores serviços prestados pelo Estado, principalmente aqueles de infraestrutura urbana (água, esgotos, drenagem, pavimentação, distribuição de energia e iluminação pública, dentre outros).

Proposta de ações urgentes nas ARIS

Para enfrentar a situação de emergência atual e garantir a vida e a água nas ARIS, são necessárias diversas ações, incluindo saúde preventiva e corretiva, fornecimento de alimentação e de água; equipamentos urbanos visando melhoria da salubridade, programa de educação sanitária e ambiental, acesso à água em quantidade e qualidade adequadas, alteração da legislação vigente, ações para proteção e revitalização das nascentes dessas áreas e adjacências, dentre outras, todas elas detalhadas no documento Anexo.

É importante destacar que essas ações, devido à gravidade atual, também devem abranger os moradores em situação de rua e a parcela da população privada de liberdade.

Para viabilizar as ações descritas anteriormente, são propostas as seguintes pautas:

1. A declaração por parte do GDF da situação de emergência sanitária das moradias e demais estabelecimentos localizados no interior dos perímetros das Áreas de Regularização de Interesse Social que não disponham de ligação regular de água por parte da CAESB para que venham a ser objeto de ações que minimizem os

graves riscos existentes. O GDF deverá localizar e caracterizar a situação de vulnerabilidade dessas populações, e indicar as ações e procedimentos de curto prazo, necessários para a superação das graves situações, definindo as atribuições e responsabilidades da Caesb, Novacap, SLU, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF e ADASA;

2. O estabelecimento de Plano Emergencial de Abastecimento de Água para as ARIS cujas ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e participação da comunidade, assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento e a relação entre saneamento e saúde, e que inclua pelo menos:
 - a. Suspender o corte de fornecimento de água e interromper a cobrança dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário enquanto perdurarem os efeitos da pandemia de COVID-19;
 - b. Implantar soluções emergenciais para atender à população em situação de rua, em especial com relação às demandas de alimentação, de água e provimento de condições para realização da higiene diária;
 - c. Expandir o abastecimento para as áreas não atendidas das ARIS e periferias e assegurar água de forma regular, em quantidade suficiente e com qualidade adequada durante 24h por dia;
 - d. Garantir o abastecimento de água e o esgotamento sanitário nas unidades de saúde, inclusive as emergenciais, por motivos óbvios;
 - e. Priorizar e garantir o abastecimento de água, esgotamento sanitário e disponibilidade de equipamentos para higiene pessoal em creches, asilos e outras instalações que abriguem crianças, idosos ou outros grupos vulneráveis;
 - f. Priorizar o atendimento das populações vivendo em situações vulneráveis – moradores em situação de rua e população privada de liberdade;
3. As ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e garantia de participação da comunidade e assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento, a relação entre saneamento e saúde;
4. Que o GDF crie salas de situações específicas relacionadas às ARIS, para que as mesmas possam se tornar visíveis para toda sociedade, para levantar e avaliar a verdadeira situação de risco das populações nelas residentes;
5. Que sejam criados testes específicos e em massa, incluindo, na divulgação das informações as quantidades de casos e de óbitos específicas para as ARIS, facilitando o entendimento da real gravidade da situação atual da Covid-19 nessas áreas; e
6. Que constitua uma comissão de acompanhamento popular para o controle social desse processo, coordenado pela UnB.

Brasília 25/06/2020

Fundamentos pela Vida e pela Água nas ARIS - Áreas de Relevante Interesse Social - do DF

Situação do abastecimento de água

No Distrito Federal, em maio de 2019 havia 81.227 lotes ocupados em áreas de regularização (ARIS – Área de Relevante Interesse Social e ARINE- Área de Relevante Interesse Econômico), que não eram atendidos com abastecimento de água pela CAESB. (fonte: Programa Água Legal).

Considerando a taxa média de ocupação de 3,26 habitantes/domicílio para o DF, conforme PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2018), tem-se um total de 264.800 habitantes não atendidos pela Caesb. Acrescenta-se a esse quantitativo, aquela parcela da população atendida pela Caesb, mas que se encontra com suas ligações de água cortadas, por diversos motivos, sendo um deles, a inadimplência, observa-se que a população não atendida pela Caesb pode chegar a 10% da urbana.

É importante destacar que 50.156 lotes ocupados sem ligações prediais (população de 163.509 habitantes, não atendida pela Caesb) estão localizados em 39 ARIS.

Essas ARIS correspondem a áreas ocupadas predominantemente por população de baixa renda (até 5 salários mínimos), constituindo núcleos urbanos informais (alguns deles equivocadamente chamados de invasões, por não levarem em consideração as questões sociais ligadas à moradia).

Ressalta-se, ainda, que segundo os dados fornecidos pela Caesb ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, o DF tinha, em dezembro/2018, um total de 2.974.703 habitantes, dos quais 2.872.910 habitantes morando em áreas urbanas (96,58%) e 101.793 habitantes morando em áreas rurais (3,42%). Desse total de habitantes no DF, a Caesb informou que atende a 2.944.955 habitantes (99,0%), não atendendo a 29.748 habitantes (1,0%). Da população urbana, a Caesb informou que atende a 2.844.180 habitantes (99,0%), não atendendo a 28.730 habitantes (1,0%). Isso implica, pelas informações da Caesb, que a mesma também atende a 99,0% da população rural, não atendendo a 1.018 habitantes. Pelas informações oficiais, a maioria das populações localizadas em áreas de regularização (ARIS e ARINE) seriam atendidas. Essa parcela da população não atendida, conforme se observa no Programa Água Legal, encontra-se invisibilizada nas informações oficiais do Governo do Distrito Federal.

Pelo referido Programa Água Legal foram levantadas 39 ARIS, cujas informações base estão apresentadas no Quadro 01, adiante. É importante destacar que mais da metade dos lotes ocupados, sem abastecimento de água, está localizada em três ARIS, uma em Sol Nascente e duas Planaltina (Arapoanga I e Mestre D'armas I), totalizando 28.923 Lotes ocupados (57,67% do total).

Higiene pessoal, situação da Covid-19 nas ARIS e a infraestrutura urbana

Uma das ações mais importantes para combater a proliferação do novo coronavírus é a higiene pessoal, sendo fundamental a lavagem frequente das mãos com água e sabão. A deficiência de acesso a água, em quantidade e qualidade, certamente é um fator que acelera essa proliferação, pois obriga a população a deslocamentos em busca de água, prejudicando o distanciamento social.

Ao avaliar os casos de covid-19 no Distrito Federal, utilizando-se dados do site da Secretaria de Estado de Saúde, pode-se observar claramente que o crescimento do número de casos está acelerando nas regiões administrativas com menor renda per capita, conforme se verifica no Quadro 02 adiante, onde estão localizadas as ARIS.

Em **25/06**, Ceilândia, onde se contabiliza os casos do Sol Nascente, é responsável por **5.393** casos (**15,63%** do total do DF), enquanto que Planaltina é responsável por **1.222** casos (**3,54%** do total do DF)..

A situação mais crítica é observada na população privada de liberdade, que é de **1.215** casos, correspondendo a **3,52%** do total do DF, entretanto é a que apresenta a maior quantidade de casos por 100 mil habitantes (**9.049,60** casos).

No período de 30/04 a **25/06** foi registrado um crescimento de **4.264,29%** nos casos de Covid-19 em Planaltina, enquanto que na Ceilândia esse crescimento foi de **8.071,21%**. A média de crescimento de casos no DF, no período, foi de **2.504,00%**.

Nesse período, outras Regiões Administrativas também apresentaram crescimento dos números de casos acima da média do DF, ou seja, cerca de **2.504%**, sendo elas: Recanto das Emas (**5.068,42%**), Samambaia (**4.273,68%**), Taguatinga (**5.500,00%**), Varjão (**4.400,00%**), Candangolândia (**7.433,33%**), Riacho Fundo I (**5.200,00%**), Riacho Fundo II (**5.333,33%**), Estrutural (**3.400,00%**), Sobradinho I (**3.632,35%**), Sobradinho II (**6.966,67%**), Gama (**4.015,22%**), Santa Maria (**4.316,67%**), Itapuã (**16.900,00%**), Paranoá (**12.272,73%**) e Brazlândia (**6.022,22%**).

Ainda nesse mesmo período, os menores índices de crescimento foram verificados em Águas Claras/Arniquireiras (**874,00%**), Vicente Pires (**1.302,70%**), Sudoeste/Octogonal (**1.002,04%**), Lago Sul (**530,77%**), Plano Piloto (**1.163,00%**), Park Way (**1.077,78%**) e Jardim Botânico (**1.410,34%**), todos eles bem abaixo do crescimento médio de casos no DF.

Ao avaliar os índices de crescimento de casos por Região, no mesmo período, também observa-se o que foi descrito anteriormente, ou seja, as Regiões com Per Capita de Renda elevado, apresentaram menores taxas.

Na Região Sudoeste teve-se um crescimento de **2,537,38%** (em 30/04 contava um 23,63% dos casos no DF, tendo passado para **23,93%** do total dos casos em **25/06**, ou seja, a média de crescimento de casos na Região foi praticamente a mesma média do DF – **2.504,00%**). Destaca-se, ainda, que esse índice médio foi influenciado por Águas Claras/Arniquireiras e Vicente Pires, que apresentaram índices de crescimento bem abaixo da média do DF, enquanto que Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga tiveram índices de crescimento bem acima da média.

Na Região Central, onde se verifica a maior renda per capita de todas as Regiões, o crescimento médio de casos foi de **1.066,33%** (O menor dentre todas as regiões). Em 30/04 a Região era responsável por 29,58% do total de casos no DF e em **25/06**, essa porcentagem passou para **13,25%**, **indicando que a média de crescimento na Região foi bem inferior à média verificada para o DF, tendo sido menos da metade.**

Na Região Centro Sul, o crescimento médio de casos foi de **2,579,41%**. Em 30/04 a Região era responsável por 10,26% do total de casos no DF e em **25/06**, essa porcentagem passou para **10,56%**, **indicando pequena diferença em relação à média do DF. Nessa região também se tem médias abaixo do DF em Park Way e bem acima da média do DF e Candangolândia, Riacho Fundo I e Riacho Fundo II e Estrutural.**

A Região Norte apresentou crescimento de casos no período de **4.089,23%**. Em 30/04 a Região era responsável por 4,91% do total de casos no DF e em **25/06**, essa porcentagem passou para **7,89%**, **indicando um crescimento significativo em relação à média do DF.**

Na Região Sul, a média de crescimento de casos no período foi de **4.134,21%**. Em 30/04 a Região era responsável por 5,74% do total de casos no DF e em **25/06**, essa porcentagem passou para **9,33%**, **indicando forte crescimento se considerada a média do DF.**

Na Região Leste, a média de crescimento de casos foi de **2.193,66%**. Em 30/04 a Região era responsável por 20,23% do total de casos no DF e em **25/06**, essa porcentagem passou para **17,82%**, **indicando pequeno decréscimo em relação ao total de casos no DF). Nessa região é preciso destacar os casos de Paranoá e Itapuã, que apresentaram crescimento de 12.272,73% e 16.900,00%, no período, sendo os maiores índices dentre todas as áreas de estudo.**

Na Região Oeste, essa média foi de **7.825,33%**, sendo o maior índice de crescimento de todas as Regiões. Em 30/04 a Região era responsável por 5,66% do total de casos no DF e em **25/06**, essa porcentagem passou para **17,23%**, **indicando que houve um crescimento superior a 3 vezes em relação ao total do DF).**

No que se refere à taxa de casos por 100.000 habitantes, a situação mais crítica encontrada no DF está na população privada de liberdade (sistema prisional), que é de **9.049,60** casos por 100.000 habitantes. Com relação às regiões administrativas, a pior situação se verifica em **Paranoá**, com **1.822,20** casos por 100.000 habitantes. A segunda pior situação está em **Sobradinho I**, com **1.783,17** casos por 100.000 habitantes e a terceira pior situação se verifica em **Riacho Fundo I**, com **1.693,49%** casos por 100.000 habitantes.

Com relação à quantidade de óbitos, pelo Quadro 03, apresentado adiante, o crescimento do número de óbitos acima da média do DF ocorreu em áreas com população de baixa renda. Somente na Ceilândia, onde se contabiliza as informações da ARIS do Sol Nascente, ocorreram um total **106 óbitos**, que corresponde a **22,89%** do valor verificado no DF. Em Planaltina ocorreram de **28 óbitos**, **6,05%** do total do DF.

No período de 30/04 a 25/06, os maiores índices de crescimento de óbitos no DF foram em Samambaia (4.200,00%), Taguatinga (4.200,00%), Plano Piloto (2.600,00%) e em Ceilândia (2.550,00%), sendo que a média do DF foi de 1.443,33%.

Há algumas Regiões Administrativas onde ainda não ocorreram óbitos até o presente momento, sendo elas: Cruzeiro e Fercal.

Ao avaliar os índices de óbitos, por Região, observa-se que na Sudoeste, para o mesmo período, o crescimento foi de 1.771,43%. Em 30/04 a Região era responsável por 23,33% do total de óbitos no DF e em 25/06, essa porcentagem passou para 28,29%, indicando um acréscimo no total do DF. Essa média é impactada por Águas Claras, que apresentou índices de 200,00%, bem abaixo da média do DF.

Na Região Central, o crescimento no índice de óbitos foi de 1.333,33%, sendo que, nessa região tem-se a maior renda per capita e o menor índice de crescimento de óbitos. Em 30/04 a Região era responsável por 10,00% do total de óbitos no DF e em 25/06, essa porcentagem passou para 9,29%, indicando pequena redução em relação ao total do DF.

Na Centro Sul, o crescimento de óbitos foi de 587,50%. Em 30/04 a Região era responsável por 26,67% do total de casos no DF e em 25/06, essa porcentagem passou para 11,88%, indicando redução significativa em relação ao total do DF).

Na Norte, em 30/04, não havia óbitos, entretanto, em 25/06 já contava com 47 óbitos (ou seja, o número de óbitos na Região passou de zero para 10,15% do total do DF, no período.

Com relação à Região Sul, o crescimento foi de 600,00% (Em 30/04 a Região era responsável por 20,00% do total de óbitos no DF e em 25/06, essa porcentagem passou para 9,07%, indicando que houve uma redução significativa em relação ao total do DF).

Na Região Leste, o crescimento de óbitos no período foi de 1.400%, praticamente a média do DF – 1.443,33%. Em 30/04 a Região era responsável por 6,67% do total de óbitos no DF e em 25/06, essa porcentagem passou para 6,48%.

Com relação à Região Oeste, o crescimento médio de óbito foi de 2.775%, o maior dentre todas as regiões. Em 30/04 a Região era responsável por 13,33% do total de óbitos no DF e em 25/06, essa porcentagem passou para 24,84%, indicando um aumento significativo em relação ao total do DF. Outra situação importante a destacar é que, praticamente, a cada 4 óbitos no DF, 1 é na Região Oeste, onde estão localizadas as regiões administrativas de Brazlândia e Ceilândia/Sol Nascente.

Com relação os óbitos por 100.000 habitantes, a situação mais crítica é verificada na Estrutural, com uma taxa de 27,20 óbitos por 100.000 habitantes, seguida de Núcleo Bandeirante com 24,98 óbitos por 100.000 habitantes, Candangolândia com 24,48 óbitos por 100.000 habitantes, Sobradinho I com 23,89 óbitos por 100.000 habitantes, Ceilândia/Sol Nascente com 23,88 óbitos por 100.000 habitantes, população privada de liberdade com 22,34 óbitos por 100.000 habitantes e Taguatinga com 20,66 óbitos por 100.000 habitantes.

Os números apresentados deixam claro que:

- i) Há um elevado crescimento de casos e de óbitos no DF comparando o mês de abril com o período de **junho até o dia 25**;
- ii) Esses crescimentos são maiores em Regiões com populações de baixa renda e menores em Regiões com populações de maior renda;
- iii) Os locais com populações de baixa renda são aqueles com menores índices de atendimento com abastecimento de água e esgotamento sanitário, por parte da Caesb;
- iv) Nas ARIS ocorrem as maiores concentrações de populações não atendidas com abastecimento de água e esgotamento sanitário; e
- v) Nas ARIS se tem os piores serviços prestados pelo Estado, principalmente aqueles de infraestrutura urbana (água, esgotos, drenagem, pavimentação, distribuição de energia e iluminação pública, dentre outros).

Proposta de ações urgentes nas ARIS

Diante de todo o exposto, entende-se que são necessárias ações urgentes nas ARIS, bem como em todas as áreas onde não se tem distribuição de água em qualidade e quantidade suficientes, sendo indicadas as ações descritas a seguir:

- a) Prover essas áreas com melhor e mais qualificado atendimento com saúde preventiva e corretiva:
 - a1. Priorizar a realização de exames em massa para se detectar os casos de covid-19, em áreas não atendidas com abastecimento de água, principalmente nas ARIS;
 - a2. Melhor adequar essas áreas com estrutura de unidades de saúde, mesmo que provisórias, para o melhor atendimento dessa parcela da população;
 - a3. Fornecimento de produtos de limpeza e higiene pessoal, tais como sabão, detergente, álcool em gel, água sanitária, máscaras, dentre outros;
 - a4. Promoção da segurança alimentar nas áreas das ARIS, integrando ações de alimento e de água;
 - a5. Identifique a situação dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados e definição de políticas de promoção de renda para as famílias.
 - a6. Que sejam identificadas as mulheres grávidas ou que recém ganharam bebês, para que tenham assistência especial e apoio das Secretarias de Serviço Social e Secretaria de Saúde afim de estarem assistidas nas condições de vida adequadas, seja para o final da gestação ou para cuidarem adequadamente das famílias e dos bebês.
 - a7. Que sejam identificadas as crianças e adolescentes que estão em casa por conta do recesso escolar, e que estas possam receber por parte da Secretaria de Educação material adequado para desenvolverem as atividades pedagógicas.
- b) Disponibilizar equipamentos para serem utilizados pela população, visando melhorar a salubridade dessas áreas, podendo-se citar:
 - b1. Instalação de reservatórios de água coletivos, com chafariz;

- b2. Fornecimento de reservatórios individuais para que essa parcela da população possa armazenar água de maneira adequada;
 - b3. Disponibilização de recursos financeiros e/ou fornecimento de materiais, com informações e orientações técnicas para que essa parcela da população possa se organizar e instalar banheiros individuais em suas casas;
 - b4. Disponibilização de lixeiras individuais e coletivas, para destinação adequada de resíduos sólidos;
 - b5. Melhoria do sistema de coleta de resíduos sólidos nessas áreas;
 - b6. Estruturar um programa emergencial de distribuição de água por meio de caminhão pipa, para minimizar os problemas de falta d'água e uso de água de baixa qualidade;
 - b7. Instalação de sistemas de drenagem superficial, em caráter emergencial, visando evitar acúmulos de água, bem como surgimento de processos erosivos;
 - b8. Fornecimento de projetos e auxílio na implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário, evitando o lançamento de esgotos a céu aberto;
 - b9. Que o IBRAM promova iniciativas de sensibilização e educação ambiental e traga seu projeto "Adote uma nascente" para a proteção e revitalização das nascentes destas áreas e adjacências;
 - b10. Incluir ações para a proteção e revitalização das nascentes destas áreas e adjacências;
 - b11. Outras ações;
- c) Implementação, urgente, de programa de educação sanitária e ambiental;
- c1. Utilização dos movimentos sociais organizados, tais como associações de moradores ou comunitárias, agentes de saúde, dentre outros, para ampliar os resultados a serem obtidos;
 - c2. Envolver as populações localizadas nessas áreas a fim de discutir e construir soluções apropriadas e adequadas às suas realidades, realizando uma efetiva promoção social, com a inclusão dos interessados no processo de construção dos caminhos a serem trilhados;
 - c3. Estruturar programa de monitoramento do Coronavírus nos esgotos, informar e orientar a comunidade a fim de que esta se mobilize e participe das medidas de forma atenta para evitar eventuais surtos;
- d) Garantir que a parcela da população não atendida pela Caesb tenha acesso a água em quantidade e qualidade, em ações definitivas;

- d1. Se estiver localizada em áreas atendidas pela Caesb e se estiver com ligações de água cortadas, as mesmas devem ser religadas, para que se tenha menores riscos de contração da COVID-19;
- d2. Se estiver localizada em áreas atendidas pela Caesb, mas que não esteja interligada ao sistema, viabilizar essa interligação;
- d3. Implantação ou ampliação dos sistemas utilizando a concepção condominial, garantindo soluções apropriadas e adequadas para as áreas, com reduzido custos de implantação, sem redução da qualidade dos serviços a serem prestados;
- e) Fortalecer o programa Água Legal de tal maneira que possa ser implantado, o mais breve possível, aumentando os índices de atendimento com abastecimento de água no DF, buscando a sua universalização;
- f) Alterar a legislação vigente regulamentando a doação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implantados pelos condomínios fechados, à Caesb, reduzindo-se os riscos de utilização de água sem a qualidade devida;
 - f1. Estruturar a Caesb para que receba esses sistemas e que passe a operá-los, garantindo qualidade de água para 100% da população do DF;
- g) Identificar a situação dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados e defina políticas de promoção de renda para as famílias.

Nesse momento de risco de colapso na saúde pública devido à pandemia provocada pelo COVID-19, além de todas as questões apresentadas anteriormente, tem-se outra também muito grave e que precisa ser considerada: Os moradores em situação de rua.

Com o comércio fechado e com a população recolhida aos seus lares, os moradores em situação de rua ficam ainda mais desassistidos, com maiores riscos de contaminação. Esses moradores, normalmente, já se encontram em elevado risco sanitário, com total falta de higiene. E, nesse período, tem-se aumentado os riscos com a transmissão do coronavírus e sem qualquer atendimento adequado. A construção de um programa urgente para o atendimento dessa parcela da população, incluindo abastecimento de água adequado, se faz necessário, podendo ser utilizadas as mesmas propostas apresentadas para as populações localizadas em áreas de regularização de interesse social.

Situação extremamente delicada, que também merece elevada atenção, está relacionada com a população privada de liberdade, haja vista que corresponde aos maiores índices, absoluto de incidência da covid-19, e por 100 mil habitantes.

Para viabilizar as ações descritas anteriormente, são propostas as seguintes pautas:

1. A declaração por parte do GDF da situação de emergência sanitária das moradias e demais estabelecimentos localizados no interior dos perímetros das Áreas de Regularização de Interesse Social que não disponham de ligação regular de água por parte da CAESB para que venham a ser objeto de ações que minimizem os

graves riscos existentes. O GDF deverá localizar e caracterizar a situação de vulnerabilidade dessas populações, além de indicar as ações e procedimentos de curto prazo, necessários para a superação das graves situações, definindo as atribuições e responsabilidades da Caesb, Novacap, SLU, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF e ADASA;

2. O estabelecimento de Plano Emergencial de Abastecimento de Água para as ARIS cujas ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e participação da comunidade, assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento e a relação entre saneamento e saúde, e que inclua pelo menos:
 - a. Suspender o corte de fornecimento de água e interromper a cobrança dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário enquanto perdurarem os efeitos da pandemia de COVID-19;
 - b. Implantar soluções emergenciais para atender à população em situação de rua, em especial com relação às demandas de alimentação, de água e provimento de condições para realização da higiene diária;
 - c. Expandir o abastecimento para as áreas não atendidas das ARIS e periferias e assegurar água de forma regular, em quantidade suficiente e com qualidade adequada durante 24h por dia;
 - d. Garantir o abastecimento de água e o esgotamento sanitário nas unidades de saúde, inclusive as emergenciais, por motivos óbvios;
 - e. Priorizar e garantir o abastecimento de água, esgotamento sanitário e disponibilidade de equipamentos para higiene pessoal em creches, asilos e outras instalações que abriguem crianças, idosos ou outros grupos vulneráveis.
 - f. Priorizar o atendimento das populações vivendo em situações vulneráveis – moradores em situação de rua e população privada de liberdade;
3. As ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e garantia de participação da comunidade e assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento, a relação entre saneamento e saúde;
4. Que o GDF crie salas de situações específicas relacionadas às ARIS, para que as mesmas possam se tornar visíveis para toda sociedade, para levantar e avaliar a verdadeira situação de risco das populações nelas residentes;
5. Que sejam criados testes específicos e em massa, incluindo, na divulgação das informações as quantidades de casos e de óbitos específicas para as ARIS, facilitando o entendimento da real gravidade da situação atual da Covid-19 nessas áreas; e
6. Que constitua uma comissão de acompanhamento popular para o controle social desse processo, coordenado pela UnB.

Brasília 25/06/2020

Quadro 01 - BASE DE DADOS - ARIS

Parcelamento	Terrenos Ocupados (Total)	Terrenos em APP	Terrenos sem Ligação	Pop não atendida	% de Atendimento	% não atendida	% de lotes em APP's
ARIS							
ARIS - Sol Nascente	19588	610	10320	33.643	47,31	52,69	3,11
ARIS - Arapoanga I	10867	8	10253	33.425	5,65	94,35	0,07
ARIS - Mestre D'armas I	9043	63	8350	27.221	7,66	92,34	0,70
ARIS - Estrutural	9675	0	3016	9.832	68,83	31,17	-
ARIS - Ribeirão	2153	0	1737	5.663	19,32	80,68	-
ARIS - Nova Colina I	2218	0	1703	5.552	23,22	76,78	-
ARIS - Itapoã I	13300	2	1522	4.962	88,56	11,44	0,02
ARIS - Água Quente	2868	122	1339	4.365	53,31	46,69	4,25
ARIS - Expansão Vila São José	3748	0	1212	3.951	67,66	32,34	-
ARIS - Estrada do Sol	1455	36	1068	3.482	26,60	73,40	2,47
ARIS - Céu Azul	966	41	834	2.719	13,66	86,34	4,24
ARIS - Vicente Pires	1474	222	801	2.611	45,66	54,34	15,06
ARIS - Fercal I	954	174	737	2.403	22,75	77,25	18,24
ARIS - Morro da Cruz	622	3	566	1.845	9,00	91,00	0,48
ARIS - Vale do Amanhecer	2802	188	547	1.783	80,48	19,52	6,71
ARIS - Mansões Sobradinho I	1454	262	546	1.780	62,45	37,55	18,02
ARIS - Mestre D'armas III	554	2	526	1.715	5,05	94,95	0,36
ARIS - Primavera	951	15	513	1.672	46,06	53,94	1,58
ARIS - Aprodarmas II	563	0	474	1.545	15,81	84,19	-
ARIS - Pôr do Sol	2331	9	467	1.522	79,97	20,03	0,39
ARIS - QNR-5 Ceilândia	577	0	454	1.480	21,32	78,68	-
ARIS - Dnocs	484	0	432	1.408	10,74	89,26	-
ARIS - Nova Colina II	530	0	377	1.229	28,87	71,13	-
ARIS - Mansões Sobradinho II	640	14	367	1.196	42,66	57,34	2,19
ARIS - Mestre D'armas II	499	2	360	1.174	27,86	72,14	0,40
ARIS - Torto	446	0	333	1.086	25,34	74,66	-
ARIS - Privê Ceilândia	1362	0	286	932	79,00	21,00	-
ARIS - Vila Cahuy	285	9	222	724	22,11	77,89	3,16
ARIS - CAUB II	231	0	128	417	44,59	55,41	-
ARIS - Aprodarmas I	131	0	112	365	14,50	85,50	-
ARIS - Arapoanga II	116	0	112	365	3,45	96,55	-
ARIS - Aprodarmas III	119	16	109	355	8,40	91,60	13,45
ARIS - Buritis	479	0	89	290	81,42	18,58	-
ARIS - QNP 22 e 24	930	0	58	189	93,76	6,24	-
ARIS - CAUB I	155	0	56	183	63,87	36,13	-
ARIS - Fercal III	42	5	42	137	-	100,00	11,90
ARIS - Fercal II	40	10	40	130	-	100,00	25,00
ARIS - Fercal IV (Queima Lençol)	65	10	34	111	47,69	52,31	15,38
ARIS - Vida Nova	214	0	14	46	93,46	6,54	-
TOTAL II	94.931	1.823	50.156	163.509	47,17	52,83	1,92



Quadro 02 - Casos de Covid 19 por Região Administrativa - DF

REGIÃO	26/03/2020		01/04/2020		08/04/2020		15/04/2020		22/04/2020		29/04/2020		06/05/2020		13/05/2020		20/05/2020		27/05/2020		03/06/2020		10/06/2020		17/06/2020		24/06/2020		25/06/2020	
	Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Sudoeste	27	15,79	65	19,76	103	21,82	137	21,41	186	20,97	270	22,09	434	22,93	661	22,79	1.113	23,57	1.633	23,43	2.513	23,10	3.927	22,38	5.647	23,45	7.914	23,91	8.255	23,93
Águas Claras/Arniquireas	16	9,36	42	12,77	58	12,29	71	11,09	92	10,37	127	10,39	191	10,09	242	8,34	326	6,90	398	5,71	531	4,88	753	4,29	1.028	4,27	1.409	4,26	1.461	4,23
Recanto Das Emas	-	-	1	0,30	-	-	4	0,63	10	1,13	18	1,47	30	1,58	49	1,69	96	2,03	146	2,09	247	2,27	438	2,50	652	2,71	932	2,82	982	2,85
Samambaia	2	1,17	6	1,82	13	2,75	20	3,13	28	3,16	47	3,85	83	4,38	161	5,55	307	6,50	494	7,09	757	6,96	1.137	6,48	1.710	7,10	2.382	7,20	2.493	7,23
Taguatinga	6	3,51	7	2,13	12	2,54	19	2,97	30	3,38	43	3,52	86	4,54	157	5,41	306	6,48	488	7,00	818	7,52	1.337	7,62	1.897	7,88	2.689	8,12	2.800	8,12
Vicente Pires	3	1,75	9	2,74	20	4,24	23	3,59	26	2,93	35	2,86	44	2,32	52	1,79	78	1,65	107	1,54	160	1,47	262	1,49	360	1,49	502	1,52	519	1,50
Central	114	66,67	208	63,22	267	56,57	310	48,44	344	38,78	377	30,85	491	25,94	664	22,90	938	19,86	1.238	17,76	1.727	15,87	2.505	14,28	3.303	13,71	4.372	13,21	4.572	13,25
Plano Piloto	50	29,24	105	31,91	148	31,36	178	27,81	200	22,55	214	17,51	279	14,74	376	12,97	552	11,69	750	10,76	1.069	9,82	1.549	8,83	2.036	8,45	2.730	8,25	2.867	8,31
Sudoeste/Octogonal	19	11,11	31	9,42	35	7,42	41	6,41	43	4,85	48	3,93	65	3,43	78	2,69	98	2,07	136	1,95	193	1,77	303	1,73	401	1,67	517	1,56	540	1,57
Cruzeiro	4	2,34	5	1,52	8	1,69	9	1,41	14	1,58	14	1,15	19	1,00	30	1,03	50	1,06	76	1,09	103	0,95	154	0,88	205	0,85	285	0,86	290	0,84
Lago Norte	5	2,92	10	3,04	16	3,39	20	3,13	21	2,37	23	1,88	27	1,43	52	1,79	80	1,69	99	1,42	141	1,30	193	1,10	255	1,06	322	0,97	338	0,98
Lago Sul	36	21,05	57	17,33	60	12,71	62	9,69	66	7,44	77	6,30	99	5,23	125	4,31	154	3,26	172	2,47	212	1,95	291	1,66	379	1,57	476	1,44	492	1,43
Varjão do Torto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,08	2	0,11	3	0,10	4	0,08	5	0,07	9	0,08	15	0,09	27	0,11	42	0,13	45	0,13
Centro Sul	15	8,77	27	8,21	44	9,32	59	9,22	96	10,82	125	10,23	204	10,78	298	10,28	435	9,21	691	9,92	1.212	11,14	1.958	11,16	2.670	11,09	3.521	10,64	3.644	10,56
Candangolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,34	2	0,16	5	0,26	14	0,48	22	0,47	25	0,36	43	0,40	71	0,40	121	0,50	211	0,64	226	0,66
Parkway	3	1,75	7	2,13	8	1,69	10	1,56	15	1,69	17	1,39	27	1,43	28	0,97	43	0,91	59	0,85	73	0,67	106	0,60	155	0,64	199	0,60	212	0,61
Guará	10	5,85	17	5,17	30	6,36	39	6,09	48	5,41	65	5,32	99	5,23	140	4,83	209	4,43	304	4,36	478	4,39	728	4,15	985	4,09	1.289	3,89	1.334	3,87
Núcleo Bandeirante	1	0,58	2	0,61	5	1,06	6	0,94	10	1,13	10	0,82	16	0,85	21	0,72	34	0,72	62	0,89	105	0,96	155	0,88	198	0,82	285	0,86	294	0,85
Riacho Fundo I	1	0,58	1	0,30	1	0,21	2	0,31	6	0,68	11	0,90	25	1,32	48	1,66	64	1,36	109	1,56	189	1,74	377	2,15	568	2,36	722	2,18	742	2,15
Riacho Fundo II	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,34	6	0,49	11	0,58	19	0,66	25	0,53	38	0,55	63	0,58	108	0,62	191	0,79	314	0,95	326	0,94
SCIA (Estrutural)	-	-	-	-	-	-	2	0,31	9	1,01	13	1,06	20	1,06	26	0,90	33	0,70	91	1,31	257	2,36	395	2,25	435	1,81	481	1,45	490	1,42
S.I.A./SAAN	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,23	1	0,08	1	0,05	2	0,07	5	0,11	3	0,04	4	0,04	18	0,10	17	0,07	20	0,06	20	0,06
Norte	5	2,92	8	2,43	11	2,33	23	3,59	32	3,61	58	4,75	100	5,28	184	6,34	346	7,33	568	8,15	904	8,31	1.414	8,06	1.901	7,89	2.579	7,79	2.723	7,89
Fercal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,05	2	0,07	4	0,08	10	0,14	13	0,12	17	0,10	18	0,07	21	0,06	20	0,06
Planaltina	2	1,17	-	-	1	0,21	6	0,94	12	1,35	24	1,96	51	2,69	96	3,31	169	3,58	278	3,99	458	4,21	692	3,94	927	3,85	1.153	3,48	1.222	3,54
Sobradinho I	2	1,17	7	2,13	9	1,91	16	2,50	19	2,14	31	2,54	42	2,22	78	2,69	152	3,22	248	3,56	386	3,55	625	3,56	841	3,49	1.201	3,63	1.269	3,68
Sobradinho II	1	0,58	1	0,30	1	0,21	1	0,16	1	0,11	3	0,25	6	0,32	8	0,28	21	0,44	32	0,46	47	0,43	80	0,46	115	0,48	204	0,62	212	0,61
Sul	3	1,75	7	2,13	20	4,24	29	4,53	47	5,30	72	5,89	107	5,65	182	6,28	348	7,37	569	8,16	849	7,80	1.603	9,14	2.266	9,41	3.080	9,31	3.218	9,33
Gama	3	1,75	5	1,52	14	2,97	19	2,97	28	3,16	43	3,52	66	3,49	109	3,76	208	4,40	333	4,78	488	4,48	937	5,34	1.337	5,55	1.814	5,48	1.893	5,49
Santa Maria	-	-	2	0,61	6	1,27	10	1,56	19	2,14	29	2,37	41	2,17	73	2,52	140	2,96	236	3,39	361	3,32	666	3,80	929	3,86	1.266	3,83	1.325	3,84
Leste	6	3,51	11	3,34	17	3,60	61	9,53	144	16,23	253	20,70	449	23,72	706	24,34	1.048	22,19	1.463	20,99	2.128	19,56	3.342	19,05	4.275	17,75	5.894	17,81	6.147	17,82
Jardim Botânico	3	1,75	7	2,13	11	2,33	15	2,34	19	2,14	25	2,05	41	2,17	52	1,79	79	1,67	96	1,38	121	1,11	193	1,10	254	1,05	411	1,24	438	1,27
Itapoã	-	-	-	-	1	0,21	1	0,16	1	0,11	3	0,25	5	0,26	14	0,48	22	0,47	41	0,59	62	0,57	213	1,21	280	1,16	494	1,49	510	1,48
Paranoá	1	0,58	1	0,30	2	0,42	3	0,47	3	0,34	9	0,74	15	0,79	32	1,10	85	1,80	171	2,45	289	2,66	579	3,30	823	3,42	1.324	4,00	1.361	3,94
São Sebastião	2	1,17	3	0,91	3	0,64	42	6,56	22	2,48	38	3,11	50	2,64	82	2,83	136	2,88	190	2,73	271	2,49	563	3,21	754	3,13	1.114	3,37	1.157	3,35
Papuda	-	-	-	-	-	-	-	-	99	11,16	178	14,57	317	16,75	468	16,14	584	12,37	692	9,93	786	7,22	872	4,97	983	4,08	1.202	3,63	1.215	3,52
RA em Investigação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	1,11	58	2,00	142	3,01	273	3,92	599	5,51	922	5,26	1.181	4,90	1.349	4,08	1.466	4,25
Oeste	1	0,58	3	0,91	10	2,12	21	3,28	38	4,28	67	5,48	108	5,71	205	7,07	495	10,48	807	11,58	1.548	14,23	2.794	15,93	4.022	16,70	5.736	17,33	5.944	17,23
Brazlândia	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,45	8	0,65	18	0,95	32	1,10	63	1,33	93	1,33	172	1,58	324	1,85	429	1,78	546	1,65	551	1,60
Ceilândia/Sol Nascente	1	0,58	3	0,91	10	2,12	21	3,28	34	3,83	59	4,83	90	4,75	173	5,97	432	9,15	714	10,25	1.376	12,65	2.470	14,08	3.593	14,92	5.190	15,68	5.393	15,63
Total DF	171	100,00	329	100,00	472	100,00	640	100,00	887	100,00	1.222	100,00	1.893	100,00	2.900	100,00	4.723	100,00	6.969	100,00	10.881	100,00	17.543	100,00	24.084	100,00	33.096	100,00	34.503	100,00

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal



Quadro 03 - Óbitos por Covid 19 por Região Administrativa - DF

REGIÃO	22/04/2020		29/04/2020		06/05/2020		13/05/2020		20/05/2020		27/05/2020		03/06/2020		10/06/2020		17/06/2020		24/06/2020		25/06/2020	
	Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Sudoeste	5	20,00	6	21,43	9	25,71	13	27,66	20	27,40	39	31,71	52	29,55	68	29,31	96	29,00	128	28,51	131	28,29
Águas Claras/Arniquireiras	2	8,00	3	10,71	4	11,43	5	10,64	7	9,59	8	6,50	10	5,68	10	4,31	10	3,02	11	2,45	12	2,59
Recanto Das Emas	1	4,00	1	3,57	1	2,86	2	4,26	3	4,11	7	5,69	10	5,68	13	5,60	20	6,04	25	5,57	25	5,40
Samambaia	1	4,00	1	3,57	3	8,57	4	8,51	7	9,59	19	15,45	24	13,64	28	12,07	37	11,18	43	9,58	43	9,29
Taguatinga	1	4,00	1	3,57	1	2,86	2	4,26	3	4,11	4	3,25	7	3,98	14	6,03	25	7,55	41	9,13	43	9,29
Vicente Pires	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,81	1	0,57	3	1,29	4	1,21	8	1,78	8	1,73
Central	3	12,00	3	10,71	3	8,57	3	6,38	4	5,48	10	8,13	18	10,23	22	9,48	32	9,67	42	9,35	43	9,29
Plano Piloto	1	4,00	1	3,57	1	2,86	1	2,13	2	2,74	8	6,50	11	6,25	12	5,17	20	6,04	26	5,79	27	5,83
Sudoeste/Octogonal	1	4,00	1	3,57	1	2,86	1	2,13	1	1,37	1	0,81	4	2,27	5	2,16	6	1,81	7	1,56	7	1,51
Cruzeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lago Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,57	1	0,43	1	0,30	2	0,45	2	0,43
Lago Sul	1	4,00	1	3,57	1	2,86	1	2,13	1	1,37	1	0,81	2	1,14	4	1,72	4	1,21	6	1,34	6	1,30
Varão do Torto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,30	1	0,22	1	0,22
Centro Sul	6	24,00	8	28,57	9	25,71	11	23,40	12	16,44	19	15,45	25	14,20	30	12,93	40	12,08	53	11,80	55	11,88
Candangolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,81	1	0,57	1	0,43	2	0,60	4	0,89	4	0,86
Parkway	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,81	1	0,57	1	0,43	2	0,60	3	0,67	3	0,65
Guará	3	12,00	4	14,29	4	11,43	5	10,64	6	8,22	9	7,32	10	5,68	12	5,17	13	3,93	21	4,68	22	4,75
Núcleo Bandeirante	1	4,00	1	3,57	1	2,86	1	2,13	1	1,37	1	0,81	2	1,14	3	1,29	4	1,21	6	1,34	6	1,30
Riacho Fundo I	2	8,00	2	7,14	3	8,57	3	6,38	3	4,11	4	3,25	6	3,41	7	3,02	8	2,42	8	1,78	9	1,94
Riacho Fundo II	-	-	-	-	-	-	1	2,13	1	1,37	1	0,81	1	0,57	1	0,43	1	0,30	1	0,22	1	0,22
SCIA (Estrutural)	-	-	1	3,57	1	2,86	1	2,13	1	1,37	2	1,63	4	2,27	5	2,16	10	3,02	10	2,23	10	2,16
S.I.A./SAAN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte	-	-	-	-	1	2,86	2	4,26	6	8,22	8	6,50	13	7,39	21	9,05	30	9,06	43	9,58	47	10,15
Fercal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planaltina	-	-	-	-	1	2,86	2	4,26	5	6,85	6	4,88	8	4,55	14	6,03	17	5,14	26	5,79	28	6,05
Sobradinho I	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,37	2	1,63	5	2,84	7	3,02	11	3,32	15	3,34	17	3,67
Sobradinho II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,60	2	0,45	2	0,43
Sul	5	20,00	5	17,86	6	17,14	7	14,89	8	10,96	10	8,13	15	8,52	20	8,62	26	7,85	41	9,13	42	9,07
Gama	3	12,00	3	10,71	4	11,43	4	8,51	4	5,48	4	3,25	8	4,55	12	5,17	15	4,53	23	5,12	24	5,18
Santa Maria	2	8,00	2	7,14	2	5,71	3	6,38	4	5,48	6	4,88	7	3,98	8	3,45	11	3,32	18	4,01	18	3,89
Leste	2	8,00	2	7,14	2	5,71	3	6,38	5	6,85	8	6,50	11	6,25	14	6,03	21	6,34	28	6,24	30	6,48
Jardim Botânico	2	8,00	2	7,14	2	5,71	2	4,26	2	2,74	2	1,63	2	1,14	2	0,86	2	0,60	2	0,45	2	0,43
Itapoã	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,37	1	0,81	1	0,57	2	0,86	2	0,60	3	0,67	3	0,65
Paranoá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,81	3	1,70	3	1,29	4	1,21	8	1,78	9	1,94
São Sebastião	-	-	-	-	-	-	1	2,13	1	1,37	3	2,44	3	1,70	5	2,16	11	3,32	12	2,67	13	2,81
Sistema Prisional	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,37	1	0,81	2	1,14	2	0,86	2	0,60	3	0,67	3	0,65
RA em Investigação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oeste	4	16,00	4	14,29	5	14,29	8	17,02	18	24,66	29	23,58	42	23,86	57	24,57	86	25,98	114	25,39	115	24,84
Brazlândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,63	3	1,70	4	1,72	5	1,51	9	2,00	9	1,94
Ceilândia/Sol Nascente	4	16,00	4	14,29	5	14,29	8	17,02	18	24,66	27	21,95	39	22,16	53	22,84	81	24,47	105	23,39	106	22,89
Total DF	25	100,00	28	100,00	35	100,00	47	100,00	73	100,00	123	100,00	176	100,00	232	100,00	331	100,00	449	100,00	463	100,00



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

DESPACHO

Processo nº 59000.015245/2020-36

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Assunto: Proposta de Moção encaminhada pelo Conselheiro João Clímaco - Fonasc, para avaliação nas instâncias do CNRH.

Ao DRHB,

1. Trata de proposta de moção (2778195) encaminha, em 28 de julho, pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - Fonasc, para avaliação nas instâncias do CNRH, contendo a seguinte ementa:

Recomenda ao Governo Federal, Governo do DF, a CAESB, ADASA e demais entidades do SINGREH NO DF -DF no âmbito de suas respectivas competências, a adoção de medidas imediatas que assegure o direito a água e Vida nas ARIS (Área de Relevante Interesse Social do DF em se tratando de uma Emergência Sanitária, com consequências que vai além do COVID 19 em regiões específicas do DF impactadas pelo risco pandêmico.

2. Nesse sentido, encaminhamos o presente processo para ciência do teor da proposta de moção e para que, caso de acordo, possamos tramitar na próxima reunião da Câmara Técnica de Educação, Mobilização, Ciência e Tecnologia (CTECT), onde o assunto foi iniciado, e na sequência na de Assuntos Legais.

Atenciosamente,

ROSELI DOS SANTOS SOUZA
Analista Ambiental/Assistente
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

De acordo,



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos Souza, Analista Ambiental**, em 06/10/2020, às 10:29, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Celina Xavier de Mendonça, Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos**, em 06/10/2020, às 10:46, com fundamento no art.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2778374** e o código CRC **3355536D**.

CELINA XAVIER DE MENDONÇA

Coordenadora-Geral de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

DESPACHO

Processo nº 59000.015245/2020-36

À CGRH

1. De ordem, e em atendimento ao Despacho DRHB (2810814), informamos que a proposta deve ser avaliada no âmbito da Câmara Técnica de Educação, Mobilização, Ciência e Tecnologia (CTECT), fórum que decidirá sobre a relevância, tempestividade e possíveis ajustes na proposta apresentada pelo FONASC e encaminhamento futuro para avaliação da Plenária do CNRH.

Atenciosamente,

ANDERSON FELIPE MEDEIROS BEZERRA

Assessor Técnico
DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Assessor(a) Técnico**, em 07/10/2020, às 12:49, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2810814** e o código CRC **795A1384**.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica Educação, Informação e Ciência e Tecnologia

Parecer nº 1/2021/CTECT-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.015245/2020-36

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: Proposta de Moção aprovada na 8ª Reunião da Câmara Técnica de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia.

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção, aprovada na 8ª Reunião da Câmara Técnica de Educação, Mobilização, Ciência e Tecnologia, em 17 de junho de 2021, que recomenda aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares.
2. A minuta aprovada é originária da proposta encaminhada pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográficas, cujos documentos apresentados apontaram a Emergência Sanitária na Área de Relevante Interesse no Distrito Federal nesse atual contexto de pandemia.
3. Nos diálogos que se estabeleceu na CTECT em torno do tema, levou ao entendimento de que a pandemia do COVID 19 apontou com mais ênfase a realidade do acesso ao abastecimento de água e saneamento para a maioria do povo brasileiro, sendo fundamental que a questão "Segurança Hídrica" seja amplamente debatida, dada a diversidade geo-sócio-política e cultural do país. Assim, caberia ao CNRH fomentar esse debate nos Conselhos de Recursos Hídricos e nos Comitês de Bacia Hidrográfica.

II. DA PROPOSTA INICIAL

4. A proposta encaminhada pelo FONASC contém a seguinte redação:

“MOÇÃO, DE 10 JULHO DE 2020

Recomenda ao Governo Federal, Governo do DF, a CAESB, ADASA e demais entidades do SINGREH NO DF -DF no âmbito de suas respectivas competências, a adoção de medidas imediatas que assegure o direito a água e Vida nas ARIS (Área de Relevante Interesse Social do DF em se tratando de uma Emergência Sanitária, com consequências que vai além do COVID 19 em regiões específicas

do DF impactadas pelo risco pandêmico.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas **pelas Leis n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997**, e nº 9784, de 29 de janeiro de 1999, e nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo VI, foram estabelecidas as normas gerais de proteção ambiental, sendo que o seu **artigo nº 225** assegura que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações ecologicamente equilibrado com proteção dos recursos hídricos e da qualidade da água.

Considerando a Constituição Federal de 1988 referente ao artigo nº 1, que registra o exercício para novas formas de participação social nas políticas públicas e do exercício de poder, em nota **“que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta constituição”** redação para a **carta magna** de denominação de **Constituição Cidadã**.

Considerando a carta magna nos seus princípios de precaução, preservação e do compromisso em assegurar a sustentabilidade da vida.

Considerando no que diz respeito a responsabilidade pela execução e pela elaboração do **Planos de Recursos hídricos, no Decreto n 5.776, de 12 de maio de 2006, que estabelece a competência da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente DEPOIS**

ALGERADO PELO DECRETO 10.000/2019 para O MDR coordenar a elaboração e auxílio no acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recurso Hídricos.

Considerando, que compete ao CNRH presidir no acompanhamento da execução e a responsabilidade pela **implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH** nos termos do **Inciso XI do art. 35, da Lei n. 9.433/ 97**

Considerando a Política Nacional de Recursos Hídricos a lei 9.433/97 que denomina entre os fundamentos essenciais, os incisos V e VI do seu artigo 1º: referindo -se a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação de Política de Recursos Hídricos, uma gestão das água descentralizada, com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, entre os segmentos dos componentes do SINGREH.

Considerando o artigo 2º da Lei 9.433/97 que define os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos: I - assegurar à atual e às futuras gerações a **disponibilidade de água, em qualidade e quantidade** adequada para a Vida. Dentro dos **fundamentos** requer, portanto, um debate democrático com a participação da comunidade, empresários e órgãos públicos no planejamento e na gestão das águas.

Considerando a Política Nacional de Recursos Hídricos na definição de diretrizes gerais de ação (capítulo III, artigo 3ª, incisos I a IV, as quais se referem a integração da gestão das água com a gestão ambiental, **e em situação de escassez, o uso prioritário é o consumos humano e dessedentação animais**, devendo a gestão dos recursos, proporcionar os usos múltiplos.

Considerando que a Agência Nacional da Água - ANA criada pela Lei n 9.984/2000 tem por finalidade **implementar a Política Nacional de Recursos Hídrico** com os órgãos públicos e privados, **destacando** entre suas **atribuições legais, a supervisão, o controle e a avaliação das ações** e das atividades decorrentes **do cumprimento da legislação federal sobre as águas**, visando a garantir os usos múltiplos dos recursos hídricos.

Considerando o enquadramento como instrumento de planejamento e metas de **qualidade da água**, em seu exercício desde 1986 **pelo Conama pela Resolução nº 20 (atual resolução 357/2005)**.

Considerando a lei das águas a Lei 9.433/97 que considera a **Água** como elemento fundamental para **Vida**, desta forma entendemos quanto **Sociedade Civil** no exercício de poder, assegurado pela **Constituição de 1988**.

Considerando as declarações e documentos do Simpósio Mundial da água,

“tributo a terra 25-26 de julho de 2020, somos água, somos uno”, com a articulação das organizações sociais e ambientais liderada pela plataforma Tribute Earth, fazemos Público disseminada pela articulação internacional, intersetorial e interinstitucional Defesa Mundial de Água, Lei Mundial de Água, Declaração de Água Copa do Mundo de Água 2021 e a criação da Copa do Mundo por Água como um estratégia criada pelo homem para garantir o acesso e a proteção dos ecossistemas hídrico, articulado como reitor de uma nova era da humanidade em nível global. Fundado no Objetivo Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas: no Reconhecimento integral da Lei Mundial da água como garantia de seu acesso para todos, cuja principal função é o acesso, qualidade e disponibilidade de água consumo humano, mediando a proteção dos ecossistemas estratégicos globais, ajuda humanitária e inversão social e ambiental em larga escala e com as (ODS) 6 na garantindo a Água Limpa e Saneamento.

Considerando que no Distrito Federal, em maio de 2019 havia **81.227 lotes ocupados em áreas de regularização** (ARIS – Área de Relevante Interesse Social e ARINE- Área de Relevante Interesse Econômico), que não são atendidos com abastecimento de água pela CAESB. **(Fonte: Programa Água Legal - CAESB).**

Considerando a constatação de **Emergência Sanitária** nas ARIS (Área de Relevante Interesse no DF) nesse atual contexto de pandemia em que se encontra todas as regiões metropolitana do país apontando risco dessas populações frente a pandemia do COVID 19.

Considerando o elevado crescimento de casos e de óbitos no DF, maiores em Regiões com populações de baixa renda, infraestrutura precária, onde ocorrem as maiores concentrações de **populações não atendidas com abastecimento de água e esgotamento sanitário, por parte da Caesb.**

Considerando que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS 6) em alcançar o acesso a Universal e equitativo a água para o consumo humano de forma segura para vida, leve em conta a Emergência Sanitária frente ao COVID 19 da (ARIS).

Considerando o subprograma III.5: Subprograma nacional de fiscalização do uso de recurso hídricos (PNRH) cujo objetivo e organizar as ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos hídricos com ação inerente a regulação dos direitos de uso de recursos hídricos.

Justificativas: A regulação de direitos de usos pressupõe a fiscalização da situação da situação de regularidade do usuário com o órgão gestor, bem como dos parâmetros que foram estabelecidos no ato da outorga, notadamente quando a utilização fora dos valores estabelecidos apresentar repercussões sobre terceiros e sobre o conjunto da sociedade.

Considerando que o subprograma deve promover a articulação necessária para viabilizar a fiscalização integrada, por meio da harmonização de condutas e procedimentos de fiscalização, conforme as características de cada região do país.

Considerando o subprograma VI.2: Gestão da oferta, ampliação, racionalização e reuso das disponibilidade hídricas cujo os objetivos e ampliar as disponibilidade hídricas, seja mediante alternativas estruturais que propiciem o armazenamento e o controle de vazões, seja por medidas de racionalização de uso e de tecnologia os de reuso de água servidas, como também pela captação de água de chuvas, ou ainda por intermédio da adoção de mecanismos de comportamento por parte dos usuários de recursos hídricos, o que justifica o (PNRH) a incorporar e dar consequências aos diversos mecanismos e alternativas postos a GIRH, iniciando pela gestão da oferta de água.

Considerando o subprograma VI.3: gestão de demanda, resolução de conflito, uso múltiplos e integrado de recursos hídricos, cujo objetivo e atuar de modo proativo sobre a gestão de demanda por recursos hídricos com intuito de mitigar conflitos proporcionando os usos múltiplos e integrado das águas, sempre tendo em vista a ampliação de benefícios sócias e a redução sobre o meio ambiente.

Considerando como **justificativa** complementar, o disposto nos subprogramas do PNRH que considere a necessidade de intervenções específicas que exigem o papel do Estado para a resolução de conflitos, particularmente quando estão em foco obras estruturais que propiciem o uso múltiplos e integrado dos

recursos hídricos.

Considerando o subprograma VI.4: Intervenções integradas de saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano do (PNRH) cujo objetivo é apoiar em termos metodológico, a demanda complexa da logística de implementação e programas que contemplem ações institucionais e intervenções físicas integradas para a recuperação e a sustentabilidade da qualidade ambiental do meio urbano, a ser aferida por intermédio dos padrões de potabilidade dos corpos hídricos nele inseridos, incorporando perspectivas de inclusão social e combate à pobreza, dentre as metas a serem atingidas, tendo, também **como Justificativa** as características dos nichos ocupados por famílias dos extratos inferiores de renda, de área de risco, que merecem em razão da sua importância para o conjunto do País, esforços detidos para a mitigação de seus efeitos ambientais, de saúde pública e de inserção social; RESOLVE :

Aprovar Moção dirigida:

Ao GDF para que considere a emergência sanitária das moradias e demais estabelecimentos localizados no interior dos perímetros das **Áreas de Regularização de Interesse Social** que não disponham de ligação regular de água por parte da **CAESB** para que venham a ser objeto de ações que minimizem os graves riscos existentes.

Ao GDF para que localize e caracterize a situação de vulnerabilidade dessas populações, e indique as ações e procedimentos de curto prazo, necessários para a superação das graves situações, definindo as atribuições e responsabilidades da **Caesb, Novacap, SLU, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF e ADASA;**

Ao GDF para que estabeleça e efetive o **Plano Emergencial de Abastecimento de Água para as ARIS** cujas ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e participação da comunidade, assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento e a relação entre saneamento e saúde, e que inclua pelo menos:

Ao GDF para que Informe sobre a OS PROCEDIMENTOS de suspensão ou corte de fornecimento de água, bem como a interrupção da cobrança dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário enquanto perdurarem os efeitos da pandemia de COVID-19;

Ao GDF para que Implante soluções emergenciais para atender à população em situação de rua, em especial com relação às demandas de alimentação, de água e provimento de condições para realização da higiene diária;

Ao GDF para que expanda o abastecimento para as áreas não atendidas das ARIS e periferias de modo a assegurar água de forma regular, em quantidade suficiente e com qualidade adequada durante 24h por dia;

Ao GDF para que garanta o abastecimento de água e o esgotamento sanitário nas unidades de saúde, inclusive as emergenciais, por motivos óbvios;

Ao GDF para que priorize e garanta o abastecimento de água, esgotamento sanitário e disponibilidade de equipamentos para higiene pessoal em creches, asilos e outras instalações que abriguem crianças, idosos ou outros grupos vulneráveis e;

Priorize o atendimento das populações vivendo em situações vulneráveis – moradores em situação de rua e população privada de liberdade e;

Priorize para que essas ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e garantia de participação da comunidade e assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento, a relação entre saneamento e saúde;

Que o GDF crie salas de situações específicas relacionadas às ARIS, para que as mesmas possam se tornar visíveis para toda sociedade, para levantar e avaliar a verdadeira situação de risco das populações nelas residentes;

Que sejam criados testes específicos e em massa, incluindo, na divulgação das informações as quantidades de casos e de óbitos específicas para as ARIS, facilitando o entendimento da real gravidade da situação atual da Covid-19 nessas áreas; e

Que constitua uma comissão de acompanhamento popular para o controle social desse processo, com acompanhamento dos agentes participantes desse PROJETO da UNB."

II. SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

5. Tendo em vista a sua competência para analisar a proposta, a CTEC/CNRH, na sua 4ª Reunião realizada em 15 de outubro de 2020, iniciou a discussão da matéria ouvindo os representantes do Fonasc acerca das motivações que levaram a elaborar o documento. Na ocasião os membros questionaram se caberia ao CNRH a recepção dessa iniciativa, uma vez que era direcionado exclusivamente ao governo do Distrito Federal. A representante do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal informou sobre o Grupo de Trabalho dedicado ao tema da Pandemia da Covid e o acesso a água.

6. Não havendo consenso sobre o texto, decidiu-se por conceder um prazo para envio de contribuições visando o aperfeiçoamento da redação.

7. O processo de avaliação da proposta deu continuidade nas 5ª, 6ª e 7ª reuniões da CTEC, ocasião que diferentes atores e especialistas se manifestaram acerca do tema. A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal apresentou o Programa Água Legal, em andamento, e disse dos esforços e tratativas interinstitucionais para a regularização de ligações irregulares e ampliação do atendimento com sistemas de abastecimento de água para a população das ARIS. Também foi apresentado o projeto de Pesquisa da Universidade Brasília sobre Emergência Sanitária e o acesso à água na Área de Relevante Interesse Social do Distrito Federal.

8. Os diálogos e manifestações realizadas levaram ao reconhecimento do mérito da proposta, mas parte dos membros avaliaram que diante da dramática situação do acesso à água potável para grande parte da população brasileira, que a proposta de moção ora apresentada, fosse direcionada a todos os entes federativos, para a adoção de medidas que assegurem o direito a água para comunidades carentes. E que o CNRH deveria provocar esse debate nos Conselhos de Recursos Hídricos e nos Comitês de Bacia Hidrográfica.

9. Não havendo consenso sobre este direcionamento, foi realizada votação que resultou em 3 votos para a opção de abranger somente o Distrito Federal e moções individuais para cada unidade da federação, e 14 votos para a elaboração de uma moção de abrangência nacional.

10. A texto final foi discutido e aprovado na 8ª Reunião da CTECT, em 17 de junho de 2021. Ainda houve questionamentos por parte do proponente para que constasse explicitamente o Distrito Federal. Prevaleceu, no entanto, a redação com os considerandos e a recomendação para todos Conselhos de Recursos Hídricos, que encontra-se materializada nos termos da minuta de moção anexa a este Parecer.

III. CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, encaminha-se este Parecer à Secretaria Executiva do CNRH, recomendando que, previamente ao Plenário do CNRH, a matéria seja objeto de análise da CTAL/CNRH, para, conforme disposto no Decreto nº 10.000/19, *“analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”*.

ANEXO

MINUTA

MOÇÃO CNRH Nº XXX, DE XX DE XXX DE 2021

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e no Processo 59000.015245/2020-36 e;

Considerando o disposto no Art. 225 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Considerando o disposto no artigo 3º da Política Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece, em seu inciso 3º, a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, focando os usos múltiplos da água e, em situação de escassez, priorizar o consumo humano e a dessedentação de animais.

Considerando o artigo 2º da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Considerando a necessidade de atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos, e a responsabilidade inerente à gestão dessas demandas, que impele a atuação proativa do poder público com vistas a ampliar os benefícios sociais e reduzir o impacto ambiental.

Considerando que a Organizações das Nações Unidas (ONU) reconhece que o ser humano deve ter direito a uma água limpa e segura, como um direito humano essencial para a vida e poder exercer todos os demais direitos.

Considerando o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – ODS 6 – Água Potável e Saneamento - da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, que estabeleceu como meta a melhoria da qualidade da água, reduzindo a poluição e aumentando a reciclagem e a reutilização sem riscos em âmbito mundial.

Considerando o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, que revelou que os mais pobres têm maior probabilidade de ter acesso limitado a água e saneamento adequados.

Considerando que uma em cada três pessoas no mundo não tem acesso à água potável, segundo relatório recente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Considerando que um número significativo de crianças morre todos os anos por problemas derivados de falta de água tratada, contraindo doenças evitáveis, tais como diarreia, febre tifoide, cólera e poliomielite, segundo dados da UNICEF.

Considerando que a falta de acesso à água tratada deixa determinadas parcelas da sociedade excluídas da prevenção à Covid-19 e mais suscetíveis aos seus efeitos.

Considerando os aspectos de emergência sanitária e de acesso à água na área de relevante interesse social do Distrito Federal, que constam da proposta de moção do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia – Fonasc, apresentada ao CNRH.

Considerando a situação de emergência sanitária das moradias

localizadas nas zonas especiais de interesse social, sobretudo nos estabelecimentos comunitários e escolares; que não disponham de abastecimento de água, necessitando de intervenção que minimize os graves riscos existentes.

Considerando a necessidade de elaboração de políticas públicas permanentes e estruturais que amenizem essa situação de vulnerabilidade dos que não têm acesso adequado à água potável.

Considerando a importância da educação ambiental como importante ferramenta para sensibilizar sobre os problemas ambientais contemporâneos, de modo a facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisões de todos os níveis.

RESOLVE :

Recomendar aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares.

Em 10 de agosto de 2021.

Jefferson Nascimento de Oliveira

Coordenador da CTECT



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA**, **Usuário Externo**, em 11/08/2021, às 18:07, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3298079** e o código CRC **B678C831**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS – CTAL

10ª REUNIÃO CTAL (virtual)



Data: 16 de agosto (das 14h30 às 18h00)

Link de acesso à reunião: [Click here to join the meeting](#)

PAUTA

1. Abertura e informes gerais.
2. Aprovação das memórias da 8ª e da 9ª Reunião da CTAL.
3. Aprovação do Parecer da CTAL referente ao Recurso apresentado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE) e Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) contra a Deliberação nº 88 do CBH Paranaíba. Processo 59000.010394/2020-17
4. Apresentação do Relatório de Mapeamento das necessidades de normatização da [Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010](#), encaminhado pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo 59000.006898/2021-13
5. Analisar a proposta de Moção que recomenda aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares. Encaminhada pela Câmara Técnica de Educação, Mobilização, Ciência e Tecnologia. Processo 59000.015245/2020-36
6. Analisar a proposta de Moção referente a [Medida Provisória n. 1055, de 28 de junho de 2021](#), e os impactos na Política Nacional de Recursos Hídricos em seus instrumentos. Encaminhada pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês das Bacias Hidrográficas. Processo 59000.013015/2021-13
7. Criação do Grupo de Trabalho para definição de critérios para a declaração de situação crítica de escassez, conforme disposto no inciso XXIII do art. 4º da [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), em atendimento a demanda do Plenário, na 44ª Reunião Ordinária.
8. Informe do GT-Revisão da CNRH 05/2000 sobre o andamento das atividades desenvolvidas pelo grupo.
9. Encaminhamentos e Assuntos Gerais.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 3/2021/CTAL/CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.015245/2020-36

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: Proposta da Moção que "recomenda aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares."

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que "recomenda aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares."

2. A proposta foi elaborada pela Câmara Técnica Educação, Informação e Ciência e Tecnologia - CTECT/CNRH, conforme descrito no Parecer nº 01/2021/CTECT-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH, de 10 de agosto de 2021 (SEI nº 3298079).

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

3. Considerando as competências dadas pelo [Decreto 10.000, de 13 de setembro de 2019](#), para "analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas", a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL na sua 10ª Reunião, realizada por meio virtual em 16 de agosto de 2021, avaliou a proposta de moção encaminhada pela Câmara Técnica Educação, Informação e Ciência e Tecnologia.

4. Nesta ocasião, o coordenador da CTECT, Jefferson Nascimento, relatou

aos membros da CTAL sobre as discussões e as motivações que levaram à proposição em tela. Esclareceu que a proposta de moção, introduzida pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia-Fonasc, veio antes da crise hídrica que se instaurou no Sudeste e Centro-Oeste e era originalmente dirigida ao Distrito Federal, porém, durante os debates percebeu-se que o assunto era comum aos outros estados da União, principalmente no momento de crise hídrica em que o país passa.

5. Conforme Parecer nº 01/2021/CTECT-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH, a CTECT na 4ª Reunião, em 15 de outubro de 2020, iniciou a discussão da matéria ouvindo os representantes do FONASC acerca das motivações que levaram a elaborar o documento, ocasião em que houve questionamento quanto a competência do CNRH na recepção desta iniciativa, uma vez que era direcionado exclusivamente ao governo do Distrito Federal. Na primeira discussão sobre o assunto não obtiveram um consenso sobre o texto e decidiu-se por conceder um prazo para envio de contribuições visando o aperfeiçoamento da redação.

6. O processo de avaliação da proposta perdurou nas 5ª, 6ª e 7ª reuniões da CTECT, ocasião que diferentes atores e especialistas se manifestaram acerca do tema. Por fim, após amplos debates sobre o assunto, o texto final foi discutido e aprovado na 8ª Reunião, em 17 de junho de 2021.

7. Diante deste amplo processo de discussões e colaborações, foi elaborada a proposta de moção, conforme consta do referido Parecer.

8. Passando ao aspecto legal. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos disposto na Lei nº 9.433/97 e no Decreto 10.000/2019 para estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

9. A forma jurídica adotada é válida. É regimental o uso da Moção "quando se tratar de manifestação dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH".

10. Quanto a redação proposta, a CTAL, após ouvir o proponente da moção, João Clímaco (FONASC), que manifestou o descontentamento com a forma que tomou o documento final, acordou por manter o texto tal como encaminhado pela CTECT, avaliando que a proposta atendeu aos requisitos legais que regem a elaboração de moção e que o mérito da matéria foi aprovada na CTECT.

11. Diante da avaliação, a CTAL/CNRH aprovou a proposta de moção que recomenda aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares.

12. Na elaboração deste parecer foi identificado a necessidade de adequação do segundo considerando, para refletir o que consta na Lei 9.433, de 1997.

CONCLUSÃO

13. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária

do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentado na sequência deste parecer.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR
Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais
CTAL/CNRH

MINUTA

MOÇÃO CNRH Nº , DE DE DE 2021

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e no Processo 59000.015245/2020-36 e;

Considerando o disposto no Art. 225 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Considerando o disposto na [Política Nacional de Recursos Hídricos](#), que estabelece a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, focando nos usos múltiplos da água e, em situação de escassez, priorizar o consumo humano e a dessedentação de animais.

Considerando o artigo 2º da [Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990](#), que estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Considerando a necessidade de atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos, e a responsabilidade inerente à gestão dessas demandas, que impele a atuação proativa do poder público com vistas a ampliar os benefícios sociais e reduzir o impacto ambiental.

Considerando que a Organizações das Nações Unidas (ONU) reconhece que o ser humano deve ter direito a uma água limpa e segura, como um direito humano essencial para a vida e poder exercer todos os demais direitos.

Considerando o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável - ODS 6 - Água Potável e Saneamento, da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, que estabeleceu como meta a melhoria da qualidade da água, reduzindo a poluição e aumentando a reciclagem e a reutilização sem riscos em âmbito mundial.

Considerando o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, que revelou que os mais pobres têm maior probabilidade de ter acesso limitado a água e saneamento adequados.

Considerando que uma em cada três pessoas no mundo não tem acesso à água potável, segundo relatório recente do Fundo das Nações Unidas

para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Considerando que um número significativo de crianças morre todos os anos por problemas derivados de falta de água tratada, contraindo doenças evitáveis, tais como diarreia, febre tifoide, cólera e poliomielite, segundo dados da UNICEF.

Considerando que a falta de acesso à água tratada deixa determinadas parcelas da sociedade excluídas da prevenção à Covid-19 e mais suscetíveis aos seus efeitos.

Considerando os aspectos de emergência sanitária e de acesso à água na área de relevante interesse social do Distrito Federal, que constam da proposta de moção do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia – Fonasc, apresentada ao CNRH.

Considerando a situação de emergência sanitária das moradias localizadas nas zonas especiais de interesse social, sobretudo nos estabelecimentos comunitários e escolares; que não disponham de abastecimento de água, necessitando de intervenção que minimize os graves riscos existentes.

Considerando a necessidade de elaboração de políticas públicas permanentes e estruturais que amenizem essa situação de vulnerabilidade dos que não têm acesso adequado à água potável.

Considerando a importância da educação ambiental como importante ferramenta para sensibilizar sobre os problemas ambientais contemporâneos, de modo a facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisões de todos os níveis.

RESOLVE :

Recomendar aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 01/09/2021, às 17:38, com fundamento no art. 4º,
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3322425 e o código CRC **8EB3D660**.